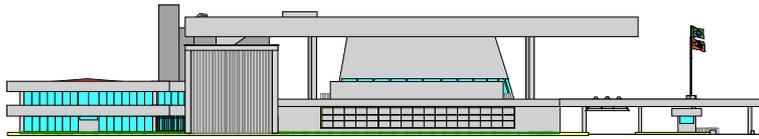


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 25 DE AGOSTO DE 2011

NÚMERO 6.323

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Chereim

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Dado Chereim - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Daniel Tozzo

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-
Presidente
Gilmar Knaesel
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Chereim
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Chereim

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-
Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
Dado Chereim

| | | |
|---|---|--|
| <p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p> | <p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2323 EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p> | <p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 075ª Sessão Ordinária realizada em 23/08/2011 2 Ata da 022ª Sessão Extraordinária realizada em 23/08/2011 12 Ata da 023ª Sessão Extraordinária realizada em 23/08/2011 12</p> <p>Publicações Diversas Aviso de Licitação 17 Aviso de Resultado 18 Extratos 18 Ofícios 18 Portarias 18 Projetos de Lei 19</p> |
|---|---|--|

P L E N Á R I O

ATA DA 075ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Informa o lançamento do Fórum Parlamentar do Esporte.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Manifesta solidariedade à ministra Ideli Salvatti e ao superintendente do DNIT/SC.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Parabeniza a deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda confronto entre as Polícias Civil e Militar.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Registra a falta de *feeling* entre as polícias.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença dos trabalhadores em hospitalidade e turismo de SC; do vereador Flandes Schlindwein e de Silvio Küster, de Romelândia; do prefeito de Navegantes; de Roberto Carlos de Souza, Leder Gaspar Júnior e Fabrício Moreira, de Camboriú; e dos vereadores Walmar Follmann e Mauri Metzendorf de Águas de Chapecó.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a questão do piso mínimo regional; parabeniza o processo organizativo do Consad; defende o projeto dos funcionários em turismo e hotelaria; registra a realização do Sustentar 2011.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Major Vieira, Israel Kiem.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra a presença de Evaldo João Junckes, ex-prefeito de Guaramirim.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Convida para o 10º aniversário da Aprasc.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Defende o resgate do poder legiferante das Assembleias Legislativas; registra a indicação do deputado Volnei Morastoni para evento a ser realizado na sede da ONU.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Agradece a atenção dispensada pelo deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Registra participação na sexta audiência da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas; aborda problemas do porto de Itajaí; expressa preocupação com o projeto de expansão e estrutura da Udesc; agradece ao secretário da Agricultura o convênio estabelecido com municípios do planalto.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Parabeniza o deputado Ismael dos Santos.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Faz um balanço de suas viagens pelo estado.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Defende a necessidade da preservação do nosso patrimônio histórico.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Comunica o falecimento de Marco Antônio Purificação, supervisor de terceirização na Alesc.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Solicita tratamento igualitário para os órgãos da Segurança Pública.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Reporta-se às jornadas de luta dos movimentos sociais.

Ordem do Dia

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Discute o PLC n. 0004/2011.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria apenas de informar que, logo em seguida, ocorrerá, na sala da imprensa, o lançamento do Fórum Parlamentar do Esporte, que tem por objetivo debater o esporte em Santa Catarina em todas as modalidades e aspectos, principalmente no sentido da inclusão social.

Portanto, convidamos os srs. deputados e a todas as pessoas presentes para o lançamento, no anexo, do Fórum Parlamentar do Esporte.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Agora, com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente e srs. parlamentares, quero cumprimentar de forma especial o público que acompanha, nesta Casa, esta sessão ordinária, as várias entidades sindicais presentes que acompanham a tramitação do Projeto de Lei n. 009/2011, que querem algumas modificações, deputado Ismael dos Santos, para a valorização dos profissionais que atuam na área do turismo e também do entretenimento. Que sejam bem-vindos a esta Assembleia Legislativa.

Há um assunto sobre o qual não poderia ficar calada, srs. parlamentares. E quero neste momento registrar toda a minha solidariedade, bem como do conjunto do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, à amiga, combativa, ministra Ideli Salvatti e também ao superintendente do DNIT de Santa Catarina, o engenheiro João José.

Sr. presidente, já fui vítima de várias calúnias, de algumas difamações e inverdades inclusive. E ambos foram vítimas com relação às ilações colocadas na revista *Isto É*, neste final de semana. Digo ilações, porque na verdade não se trata de denúncias nem de fatos que comprovem qualquer ato que desmereça a nossa confiança tanto da ministra Ideli Salvatti como do superintendente do DNIT, o engenheiro João José.

A ministra Ideli Salvatti tem realizado um excelente, um grande

trabalho pelo nosso estado, desde quando era senadora e agora como ministra das Relações Institucionais. E o engenheiro João José do DNIT, conforme a nota dos funcionários, dos engenheiros de carreira do órgão, tem demonstrado competência e também confiança frente aquela instituição. E não tenho dúvida da honestidade e do trabalho dessas duas personalidades que integram o Partido dos Trabalhadores.

Também me traz a esta tribuna uma viagem que fizemos a Brasília para acompanhar o lançamento do programa de expansão das universidades federais, apresentado pela presidenta Dilma Rousseff. Participaram da comitiva à Brasília o deputado federal Décio Lima, o prefeito de Blumenau, João Paulo Kleinübing, o reitor da Furb, professor João Natel, o reitor da UFSC, professor Álvaro Prata, o presidente do Comitê Pró-federalização da Furb, professor Valmor Schiochet, e outras lideranças.

Estivemos no ministério da Educação e trouxemos boas novas, com o anúncio nos microfones desta Casa de que Blumenau e o vale do Itajaí terão ensino superior público e gratuito. Realmente é um marco extraordinário para essa região e só aconteceu graças ao empenho, ao esforço de lideranças políticas, de pessoas da comunidade, à organização dos professores, de vários segmentos da comunidade, principalmente de Blumenau. E, graças à sensibilidade da presidenta Dilma Rousseff, isso pôde ser concretizado.

Cabe lembrar que o vale do Itajaí é a região de maior densidade demográfica do estado de Santa Catarina. Hoje o vale do Itajaí concentra cerca de 1,3 bilhão de habitantes. Uma universidade federal gratuita é questão prioritária para essa demanda da população. A presidenta Dilma já dizia na sua campanha eleitoral que um dos temas de debate e de investimentos seria a educação. Houve um crescimento no mercado de trabalho naquela região e precisamos agora de capacitação para ocupar esse espaço.

Atualmente, Santa Catarina conta com a Universidade Federal da Fronteira Sul, que tem sede em Chapecó, e com a Universidade Federal de Santa Catarina, com sede em Florianópolis e também com *campi* nos municípios de Joinville, de Curitiba e de Araranguá.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputada, quero parabenizá-la pela sua luta que eu tenho acompanhado, junto com o deputado federal Décio Lima. Nós, que passamos pelos bancos escolares da Furb, entendemos que seria um desperdício o governo federal não encampar a Furb, pela perspectiva de abrir 15, 20 mil vagas imediatamente, pelo corpo docente que possui, pelos cursos e o reconhecimento da instituição, que são referência no país.

Por tudo isso, a nossa luta será muito mais premiada se esse anúncio do ministério da Educação se tornar realidade com o processo de federalização da Furb. Eu acredito que o vale do Itajaí e Santa Catarina ganharão com essa boa parceria.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Apesar de haver alguns incrédulos, desconfiados e oportunistas, essa questão foi muito trabalhada. Por isso temos que comemorar o fato de o vale do Itajaí ter sido contemplado com o plano de expansão do ensino superior, anunciado no dia 16, em Brasília, gerando oportunidade de acesso à universidade para milhares de estudantes.

Na mesma oportunidade também foram criados 25 novos *campi* universitários, incluindo o de Blumenau, e mais 208 *campi* de institutos federais, um deles na cidade de Brusque.

A expansão da rede federal implementada pelo ex-presidente Lula criou 14 novas universidades, sendo que a continuidade está sendo feita pela presidenta Dilma Rousseff, que garantiu ainda que nos próximos quatro anos o governo entregará 208 novos Ifets. Em 2014, o Brasil terá 500 Institutos Federais de Educação, um número muito importante para o Brasil, que não quer mais ser um país aquém do potencial da nossa população. Então, o último dia 16 de agosto ficará marcado como um momento histórico.

Quero repetir as palavras do deputado federal Esperidião Amin dizendo: "o povo não celebra o que não conhece". A cidade de Blumenau tem muito a comemorar. Agora, cabe ao magnífico reitor João Natel, da Furb, e ao magnífico reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, que estarão reunidos na próxima quinta-feira, apresentarem, dentro de 30 dias, o projeto de viabilidade dessa junção, para ser apresentado ao ministério da Educação. Ou seja, o número de cursos, como será a cessão dos professores, para que o governo federal possa incorporar esse patrimônio que é a Furb, através da sua estrutura física, e ali instalar a tão sonhada universidade federal do vale do Itajaí.

Por isso precisamos celebrar a realização de um sonho antigo de todos nós, da comunidade de Blumenau e da nossa região, que merecia e merece uma universidade federal.

No dia de hoje, srs. deputados, acontecerá, na cidade de Blumenau, uma grande passeata, com a participação de toda a comunidade, que estará caminhando, apostando e reivindicando um espaço da educação superior em nossa região.

Cabe ressaltar que, paralelamente à proposta da criação da universidade federal no vale do Itajaí, continua tramitando na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 7.287, acompanhado pelo deputado federal Décio Lima, que está em processo de finalização para que no ano que vem a universidade

federal seja instalada em Blumenau, contemplando toda a nossa região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e todos que estão presentes neste plenário, especialmente os trabalhadores do setor de turismo e hotelaria, organizados pelos sindicatos de base, a União Geral dos Trabalhadores, UGT, do Sindicato dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade de Florianópolis, Criciúma, Lages e Chapecó, que está lutando de forma legítima e legal para que esse setor seja reequadrado, para efeito da lei estadual do piso regional de salários, no nível 4 e não no nível 1, que é o nível básico, onde está hoje.

Essa não é uma reivindicação casuística de uma categoria que, de forma legítima, gostaria de obter um acréscimo de salário pela simples apresentação de uma lei. Não, não é somente isso. A legitimidade prende-se também ao pressuposto de legalidade, porque está estabelecido na CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, que os trabalhadores dessa categoria, desse setor, pertencem ao nível 4 e não ao nível 1 na tabela de salários. De forma que é legítima a reivindicação e estamos apoiando o projeto que está em tramitação nesta Casa, de autoria do deputado Jorge Teixeira, que contou com o parecer favorável do deputado Dirceu Dresch, na manhã de hoje, neste Poder.

Esse projeto recebeu pedido de vista, mas se houvesse um consenso, isso poderia ser resolvido hoje à tarde. O mais provável é que fique para a semana que vem, mas se houvesse consenso, e da minha parte haveria, poderíamos até votá-lo na tarde de hoje.

(Manifestações das galerias)

Quero parabenizar vocês pelo movimento, pela reivindicação que temos acompanhado aqui há dois anos, que é legítima.

Srs. deputados e demais pessoas que nos acompanham, tivemos, no último final de semana, especialmente no domingo, mais duas ocorrências da já comprida saga de confronto entre Polícia Civil e Polícia Militar no estado de Santa Catarina. E no domingo foi uma ocorrência mesmo. Não foi mais uma iniciativa de um delegado, de um oficial, de um comando, foram duas ocorrências policiais em virtude desse conflito. Uma foi aqui em Florianópolis, que teve o desfecho na Assembleia Legislativa, no contorno que sai do túnel para entrar na avenida Mauro Ramos, e a outra também começou em Florianópolis, no Jardim Atlântico, e teve o desfecho naquele posto da Polícia

Rodoviária Federal, depois da cidade, depois do centro urbano de Biguaçu, distante daqui.

As duas ocorrências foram devido à falta de cordialidade, de tranquilidade, de respeito dos servidores de uma instituição com os servidores de outra instituição. Eu gastei, ontem, parte importante do dia para entender essa questão e para ouvir os policiais militares envolvidos, até para não correr o risco de entrar em alguma canoa furada, de alguma coisa que pudesse eventualmente ter sido armada por outra forma. Não ocorreu armação. E aqui dou a minha palavra, empenho a minha palavra dizendo que os policiais militares agiram de forma correta, tanto nessa ocorrência do BOP, no túnel Antonieta de Barros, quanto na outra, ocorrida no continente.

A grande arte da nossa profissão ou uma das grandes artes da nossa profissão é o *feeling* do policial de identificar uma atitude suspeita de pessoas ou de veículos. Evidentemente que a atitude suspeita deve ser averiguada e a pessoa ou o veículo precisa ser identificado, para que se suprima a suspeita.

No momento em que os colegas, os companheiros policiais civis acharam que não precisariam dizer ao policial militar que se tratava de policiais civis, nós passamos a correr um sério risco, inclusive do acontecimento de uma tragédia, até porque a placa desse veículo Parati, onde foi registrada a ocorrência no continente, não era de segurança. Foi averiguado e era uma placa fria. O veículo Gol, não caracterizado também agiu de uma forma que se fosse um motorista comum estaria sendo displicente no trânsito. O policial militar deu um toque na sirene, até para alertar dizendo que a polícia estava presente, como que dizendo: "Pelo menos na nossa barba não faça dessa forma". E o gesto de resposta foi mais ou menos assim: a viatura encostou do lado da Polícia Militar e o que se disse da janela para os policiais militares do Bope, isso foi gravado, é coisa que não se diz para nenhum ser humano, quanto mais para um colega de trabalho. O xingamento foi muito grande.

Depois da abordagem, quem é policial sabe como se faz uma abordagem com o uso da técnica policial... Gritar que é da polícia já não funciona mais. Não houve agressão em nenhum dos dois casos por parte da Polícia Militar, apenas foi necessário, no caso, fechar, travar o veículo e fazer todo o procedimento.

A maioria dos policiais militares e civis que morrem no estado de Santa Catarina pela mão dos bandidos morre porque imaginam que é possível fazer uma abordagem sem usar as técnicas necessárias de segurança. Por isso são assassinados. Então, instrui-se muito para que façam sempre o uso dessa técnica.

Em virtude desses fatos, a Aprasc e o Sintrasp assinaram, ontem, uma nota pedindo entendimento,

cordialidade, respeito mútuo nas bases da Polícia Militar e da Polícia Civil, porque se as cúpulas ou os setores das cúpulas querem brigar, eles que o façam das suas salas climatizadas lançando notas pela imprensa. É um conflito verbal.

Lá na linha de frente, onde estão o policial civil e o policial militar combatendo a criminalidade, não dá tempo para refletir, não se pode adivinhar quem está do outro lado. Estamos, sim, a um passo de uma tragédia, porque lá na base, na hora de atender à ocorrência, na hora de atender à população na linha de frente, não se sabe quem é cidadão de bem ou quem é bandido, porque quem está fardado é identificável e quem não está não dá para identificar.

Não houve intenção dos policiais militares fazer aquilo, tanto que um policial militar, o comandante dessa guarnição do Bope, é casado com uma policial civil e genro de um delegado. Dentro da própria família convivem pacificamente um policial militar e um policial civil. Então, como é que não dá para trabalhar pacificamente?

Nós estamos exortando, apelando aos companheiros policiais civis, aos companheiros policiais militares para que conversem mais a partir da base, mesmo que em setores da cúpula existam conflitos, porque não é o nosso coro que deve ficar esticado por aí por causa dessa briga de competência entre setores da cúpula da Polícia Militar e da Polícia Civil.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado, depois vou fazer uso do horário para também falar sobre essa questão desses desentendimentos da segurança pública.

O que entendo é que está faltando *feeling* para cumprir uma portaria que já está em vigor de que quando há abordagem de uma instituição para com outra que seja chamada a chefia imediata. Mas parece que está faltando esse *feeling*. Então, para onde estão olhando pensando que é bandido é policial.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O que precisamos é dialogar mais para evitar que aconteça uma tragédia. Essa é a principal preocupação que temos que ter, nós que estamos na base do sistema, onde todos deveriam...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência registra, com muito pesar, o falecimento de Marco Antônio Purificação, chefe dos funcionários terceirizados da Assembleia Legislativa. Era um amigo, uma pessoa que prestava um grande trabalho.

Então, registramos com pesar o seu falecimento, deixando registrados os

nossos sentimentos a todos os seus familiares.

Também registramos a presença nesta Casa dos servidores ligados à Federação dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade de Santa Catarina e seus sindicatos.

Sintam-se à vontade.

O Sr. Deputado Maurício Escudlark - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria também de registrar a presença dos trabalhadores em hospitalidade e turismo do estado de Santa Catarina. Esperamos que a PEC deles tenha encaminhamento e que na próxima terça-feira tenhamos a expectativa de que seja votada na comissão de Constituição e Justiça, vindo ao plenário. Até porque eles foram convocados na expectativa de que hoje aconteceria essa votação.

Querida registrar também a presença, nesta Casa, do vereador Flandes Schindwein, de Romelândia, do nosso amigo Silvio Küster, também de Romelândia, do prefeito de Navegantes, Roberto Carlos de Souza, dos srs. Leder Gaspar Júnior e Fabrício Moreira, de Camboriú, e dos vereadores Walmor Follmann e Mauri Metzendorf de Águas de Chapecó.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputadas, todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, trabalhadores e trabalhadoras do UGT e da Federação dos Trabalhadores de Turismo e Hospitalidade de Santa Catarina, quero dizer que fizemos, nos últimos anos, uma grande luta com as centrais sindicais para aprovar também, em Santa Catarina, o piso mínimo regional.

É o segundo ano que esse piso está em vigor, com certeza uma grande conquista que hoje beneficia mais de um milhão de trabalhadores e trabalhadoras catarinenses, das mais diversas categorias profissionais. Isso é positivo em Santa Catarina, pois movimenta a nossa economia.

A aprovação desse piso foi muito boa para o povo brasileiro, porque ele melhorou a sua renda, melhorou o seu poder aquisitivo, o que é extremamente positivo para a nossa economia. Por isso agradeço a todos a presença.

Hoje pela manhã fiz o relatório de um projeto que estudei muito. Por isso gostaria de deixar claro o motivo pelo qual ele acabou ficando um tempo comigo. Conversamos muito com as centrais sindicais, que foram as grandes articuladoras e as movimentadoras da criação do piso mínimo regional, junto

com esta Casa, as quais fizeram grandes lutas neste estado.

Conversei com o deputado Jorge Teixeira para não abriremos um precedente pelo lado dos trabalhadores, mas quando se abre uma perspectiva de mudança na lei é porque já tinha sido acordado com as centrais sindicais, com o governo, com a participação deste Parlamento e o setor empresarial, de que não seriam feitas, a cada momento, mudanças na lei. Mas houve um processo de diálogo e conversação e se chegou à conclusão de que essa categoria precisaria também melhorar a sua renda e entrar numa outra categoria em termos salariais.

Por isso entendemos que esse projeto deva, sim, ser aprovado por esta Casa para beneficiar os trabalhadores na área de turismo, hospitalidade e em outras tantas funções.

Mas gostaríamos de provocar também os demais deputados para corrigir algumas questões. Gostaríamos que a Casa tivesse cuidado porque, de repente, os empresários podem começar a sugerir que, através de projetos e emendas, sejam feitas mudanças que prejudiquem os trabalhadores.

Então, esse é um alerta que fazemos nesta Casa. Mas temos consciência, tranquilidade e defendemos que esse projeto seja aprovado o mais rápido possível. Depois de um conjunto de conversações e diálogos, está tranquila essa aprovação, tendo em vista essa necessidade para os nossos trabalhadores e trabalhadoras do turismo e hospitalidade.

Portanto, a bancada do Partido dos Trabalhadores apóia esse projeto e vai votar favorável à sua aprovação aqui nesta Casa.

Há outra questão que quero abordar. Gostaria de parabenizar todo o processo organizativo do Consad do extremo oeste catarinense pelo reconhecimento das primeiras quatro agroindústrias familiares. Foi um bonito ato que ocorreu na última quinta-feira, no município de Guaraciaba: o primeiro Consórcio Intermunicipal de Inspeção Sanitária - e parece-me que é o primeiro do Brasil. Então, a experiência organizativa dessa região é fundamental para abrir caminhos e servir como sugestão, ideia e proposta para outras regiões do país.

Temos nessa região mais de 50 pequenas agroindústrias familiares, deputado José Milton Scheffer, que querem produzir, comercializar e agregar valor aos seus produtos.

Então, temos aí o primeiro grupo de quatro agroindústrias familiares que conseguiram o seu certificado pelo Suasa/Sisbi - Sistema Brasileiro de Inspeção.

Além disso, tivemos um trabalho intenso no oeste catarinense, na última sexta-feira, acompanhando o deputado Padre Pedro Baldissera no debate de instalação de novos cursos do Ifet, e quem sabe até de novos pólos do Ifet, no oeste catarinense. Estivemos em

Itapiranga, São Lourenço do Oeste, Mondaí e em outros municípios discutindo a instalação de cursos e, por que não dizer, de futuros pólos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, já que a nossa presidente da República, Dilma Rousseff, continua investindo nessa estratégia de formação profissional. Há uma estratégia de formação pública profissional no nosso país e até 2013 haverá mais de 500 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia instalados pelo nosso Brasil afora.

Então, Santa Catarina não pode ficar de fora e já há um bom número de Ifets instalados, tanto pólos como cursos, em várias cidades. Há outros pólos instalando-se em São Carlos, Pinhalzinho - que agora terá cursos -, Maravilha e em outros municípios pelo estado afora.

Portanto, queremos parabenizar a direção do Instituto Federal aqui em Santa Catarina, na pessoa do Caio, que representou o instituto naquelas atividades, e sendo que houve uma participação massiva da comunidade regional.

Para finalizar, quero aqui, deputado Moacir Sopelsa, presidente desta sessão, cumprimentar o presidente da comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, deputado José Milton Scheffer, pelo grande trabalho que a comissão vem realizando, sendo que a Casa vem apoiando essa iniciativa da realização do Sustentar 2011 na próxima semana.

A abertura será no dia 29, às 19h, e queremos convidar os srs. parlamentares para participar. Temos confirmada a presença da ministra do Meio Ambiente nesse evento e já fecharam mil inscrições no site de inscrições da AleSC. E há também 200 agricultores familiares inscritos para participar.

Então, este ano teremos, com certeza, a quarta edição do Sustentar será um grande sucesso. A equipe e as entidades estão trabalhando muito. O pessoal abraçou a causa e está construindo um grande evento, com a participação ativa da Câmara Federal e da prefeitura de Chapecó. Enfim, esse conjunto de entidades está promovendo este ano, junto com a Assembleia Legislativa, esse grande evento que irá discutir a energia renovável e o consumo responsável.

Serão 26 palestrantes que irão expor ideias, propostas, sugestões e experiências do Brasil e fora do país. E haverá um show com João Chagas Leite, um grande compositor, músico e cantor do Rio Grande do Sul, que irá se apresentar na terça-feira, à noite, no dia 30 de agosto.

Haverá um grande debate sobre geração de "emprego verde", novas alternativas de renda, enfim, atividades que, hoje, dão oportunidades para muitas pessoas, tanto de renda como de novas iniciativas, fazendo investimentos e gerando emprego e renda.

Além disso, há várias experiências, como o pagamento de

serviços ambientais, sendo que a cidade de Extrema, em Minas Gerais, reconhece e recompensa os agricultores que preservam. E também São Bento do Sul é uma das primeiras cidades de Santa Catarina que está implantando esse serviço, o chamado pagamento por serviços ambientais nos municípios.

Resumindo, será, com certeza, um grande evento. Temos ainda algumas vagas à disposição das pessoas que quiserem se inscrever. A inscrição é gratuita para a participação nesse grande evento.

Então, o Sustentar 2011 será realizado no Centro de Eventos, em Chapecó. A abertura será no dia 29, à noite, sendo que o evento se estenderá até o dia 31 de agosto.

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença do prefeito de Major Vieira, sr. Israel Kiem, e também do prefeito de Ibiã, sr. Nelson Mário Grassi.

Sejam bem-vindos a esta Casa e retornem sempre!

Obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, também quero anunciar a presença do Pupo, Evaldo João Junckes, suplente de deputado da nossa bancada e ex-prefeito em Guaramirim que, hoje, nos prestigia com a sua visita nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha nesta sessão pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, ainda sobre o meu pronunciamento anterior quero dizer que quando falei em atitude suspeita não vai nenhuma carga moral ao dizer que, em algumas circunstâncias, o policial civil está em atitude que pode ser considerada suspeita por outro policial, no caso, o policial militar. É que a natureza do serviço da Polícia Civil de investigação

exige isso muitas vezes, a forma da vestimenta, o veículo que vai usar, com película, as pessoas que estão dentro do veículo. Havendo três ou quatro masculinos dentro de um veículo, evidentemente que a polícia olha, porque não é comum.

Então, era disso que estávamos falando quando tratamos de aparência suspeita, e evidentemente que os policiais civis entendem essa questão. A natureza do serviço deles exige e, portanto, passando por um policial militar ele vai olhar e perceber que é diferente e que há alguns elementos de diferença da maioria dos outros veículos.

Então, na minha avaliação, se houver uma atitude de cordialidade, de amizade, um simples cumprimento, ou seja, baixar o vidro do carro e cumprimentar é suficiente para ficar claro que se trata de outro servidor da Segurança Pública e não de possíveis marginais num veículo com aquelas características.

Então, é dessa atitude que estávamos falando: um simples cumprimento, um simples gesto, um aceno, que pode ser suficiente para evitar um problema que pode, sim, terminar numa tragédia, inclusive com vítimas fatais nessa discussão, porque dos dois lados existem armas, todos os dois estão armados. E se não houver esse entendimento é possível, sim, o acontecimento de situações absolutamente trágicas e desnecessárias. Basta, portanto - e esse é o apelo que fazemos aqui -, que o policial militar e o policial civil conversem no dia a dia, nas suas regiões de trabalho, porque somente assim se conhecerão melhor. E também para evitar esse tipo de situação.

Mas este pronunciamento que faço agora é para convidar todas as pessoas aqui presentes - e encaminhamos um ofício para todas as autoridades, incluindo os deputados e as deputadas, para as entidades representativas de classe, sindicatos, federações e centrais sindicais - para participarem do décimo aniversário da nossa associação, a Associação dos Praças de Santa Catarina - Aprasc. E quero dizer desde já que todos os policiais civis também estão convidados a participar, como companheiros de trabalho que somos e companheiros, inclusive, em muitas das reivindicações que temos.

A comemoração será no dia 25, depois de amanhã, justamente no dia em que Aprasc completa 10 anos de existência. E 25 de agosto também é o Dia do Soldado, como todos sabem. Mas estaremos realizando uma série de atividades, desde o começo da manhã, e todas elas serão no Sesc, no bairro de Cacupé, em direção ao norte da Ilha. O que encaminhamos não é um mero protocolo, mas, sim, um convite com a perspectiva de que as pessoas, as lideranças e as autoridades efetivamente participem.

Nós, como anfitriões, evidentemente que não vamos tomar

nenhuma atitude de crítica com relação à presença de qualquer convidado, já informando isso porque, inclusive, o governador, o comandante-geral, o secretário da Segurança, além de outras autoridades do estado, a associação dos delegados e a associação dos oficiais estão convidados. E esse será um evento organizado pela Aprasc, com a presença de vários aprasquianos.

Então, a nossa alegria será poder contar com a presença de diversas autoridades, de vários deputados, inclusive com a presença de vocês, da UGT, e de trabalhadores do setor do turismo e hospitalidade.

Portanto, estão todos convidados para, quinta-feira, às 19h, participarem do ato simbólico e político de comemoração dos 10 anos da Aprasc, no Sesc de Cacupé. Estamos reiterando o convite a todas as autoridades, a todos os trabalhadores do estado de Santa Catarina e, evidentemente, a todos os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros que nos estão ouvindo. E nós, da Aprasc, seremos os anfitriões, patrocinadores e organizadores desse evento para comemorar os nossos 10 anos de existência da instituição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares. Ainda dentro do horário reservado ao horário dos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, catarinenses que nos acompanham através da TV Assembleia e da Rádio Alesc Digital e público aqui presente que nos prestigia na tarde de hoje, trago alguns assuntos que considero importantes para abordar neste horário do meu partido. Em primeiro lugar, quero trazer uma informação pública de um pleito que nos apresentou, ontem, o companheiro e ex-presidente desta Casa, deputado Volnei Morastoni.

Ontem estivemos em Curitiba, durante todo o dia, em mais uma reunião ordinária da diretoria da Unale. Éramos 29 deputados estaduais de todo o Brasil para tratar de assuntos de interesse da nossa entidade, dentre eles a PEC que apresentamos junto ao Senado da República para resgatar o poder de legislar das Assembleias Legislativas.

Ocorre, deputado Volnei Morastoni, que essa PEC ainda não foi numerada, muito menos designado o relator. Isso é profundamente lamentável e é por isso, deputado Moacir Sopelsa, que às vezes apanhamos tanto como poder porque a sociedade não consegue entender esse tipo de coisa.

A verdade é que a grande capacidade legislativa deste país ficou concentrada no Congresso Nacional, que é um verdadeiro mamute que não se

movimentação, que não dá as respostas que a sociedade espera do Legislativo. Estamos aqui à espera da validação do nosso Código Ambiental há quase dois anos, mas o Congresso Nacional não delibera sobre o Código Florestal!

Veja, deputado **Ciro Roza**, mobilizamos 21 das 27 Assembleias Legislativas do país para propor uma alteração na Constituição Federal, deputada **Luciane Carminatti**, que nos permita legislar de forma concorrente sobre educação, sobre saúde, sobre transportes, sobre Direito Comercial, sobre Direito de Propaganda. Porque o Brasil é um país continental e cada estado tem as suas peculiaridades e tem que ter mais autonomia! O que é importante para Santa Catarina pode não ser para o Pará ou para o Acre.

Sr. presidente, há mais de 70 dias 21 Assembleias Legislativas do país protocolaram uma PEC dentro daquilo que a Constituição Federal exige, mas o Senado da República ainda não a numerou nem designou o relator da matéria. Não dá para admitir isso!

Ontem a reunião da Unale foi muito produtiva e resolvemos partir para a ofensiva. Vamos articular, até o final do ano, uma marcha de deputados estaduais a Brasília para pressionar o Congresso Nacional! Do contrário, deputado **Volnei Morastoni**, vamos continuar apanhando como estamos atualmente. Porque só teremos uma alternativa: continuar apresentando projetos inconstitucionais e apanhando do Judiciário. O ministro **Gilmar Mendes**, do STF, já avisou que a máquina do Judiciário continuará emperrada se continuarmos aprovando tantos projetos inconstitucionais, porque ele barrará todos. Por outro lado, se não apresentamos esses projetos, caímos no ranking do Deputadômetro.

Então, é como diz o velho ditado: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Não há saída!

Nesse sentido, a reunião foi muito positiva porque acho que as Assembleias Legislativas vão começar a reagir com vistas a resgatar o nosso papel de legisladores estaduais.

Sr. presidente, quando ainda estávamos em Curitiba, recebemos um telefonema do deputado **Volnei Morastoni**, que gestionará junto ao ministério da Saúde com vistas à participação de um deputado estadual num importante seminário da ONU, que tratará da inclusão das doenças crônicas não transmissíveis na Agenda do Milênio.

Conversamos com os colegas da diretoria da Unale e trago agora o protocolo do ministério da Saúde, formalizado às 13h50, através do qual o deputado **José Luiz Tchê** indica o deputado **Volnei Morastoni** como representante da nossa entidade nesse importante evento a ser realizado na sede da ONU, em Nova Iorque, cuja abertura será feita pela presidente **Dilma Rousseff**.

É claro, srs. deputados, que após o seminário o deputado **Volnei Morastoni**

nos trará todas as informações acerca desse importante evento da ONU. E por isso trago com muita alegria a indicação do nosso colega, que representará a Unale.

O Sr. Deputado **Volnei Morastoni** - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO **JOARES PONTICELLI** - Pois não!

O Sr. Deputado **Volnei Morastoni** - Meu querido companheiro, deputado **Joares Ponticelli**, quero agradecer a sua prestimosa atenção a esse pleito.

Na verdade, venho acompanhando já há algum tempo várias instituições nacionais de combate ao câncer na área do tabagismo e também outras entidades diversas que participaram de pré-reuniões da ONU a esse respeito. Eu, inclusive, havia recebido um convite do ministro **Alexandre Padilha**, da Saúde, mas como temos 27 Assembleias Legislativas no Brasil, precisávamos de um referendo, e não há entidade mais apropriada do que a Unale, que reúne todas as Assembleias Legislativas e os legisladores estaduais de todo o Brasil, para fazer tal indicação.

Será uma reunião de alto nível, haverá várias reuniões preparatórias e, inclusive, já participei de várias nos ministério da Saúde e de Relações Exteriores, bem como junto à Presidência da República. Na última semana - e daqui a pouco falarei sobre isso - foi elaborado um plano nacional, através do qual todos os chefes de estado estão sendo conclamados a assinar um pacto mundial para enfrentar essas doenças, porque hoje, apenas no Brasil, mais de 70% das mortes - e no restante do mundo a média gira em torno disso também - decorrem de doenças como o câncer, o diabetes, as doenças crônicas respiratórias e as doenças cardiovasculares. Além do impacto humano, das vidas humanas, há todo um impacto econômico violento do próprio sistema de saúde.

Agradeço a sua atenção, deputado **Joares Ponticelli**, e gostaria de dizer que será muito importante representar as Assembleias Legislativas do Brasil nesse evento.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO **JOARES PONTICELLI** - Deputado **Volnei Morastoni**, não fiz mais do que a minha obrigação como secretário da entidade, v.exa é meu colega, mas não o conheço apenas como deputado, mas como um grande profissional da área da saúde, sei da sua paixão por essa causa importante para Santa Catarina, para o Brasil, e para nós é um orgulho a conquista desse espaço em nome de uma instituição que representa os 1.059 deputados do Brasil, porque lá estará uma voz que conhecemos e que tem condições de representar com muita competência os deputados estaduais do Brasil.

Então, com muita alegria, trago essa informação e vou, depois, trazer outras informações acerca da reunião e dos encaminhamentos que a nossa

entidade fez ontem nessa reunião ordinária na cidade de Curitiba.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado **Moacir Sopelsa**) - Obrigado, deputado **Joares Ponticelli**.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado **Ismael dos Santos**, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO **ISMAEL DOS SANTOS** - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, cumprimento também os nossos profissionais da área do turismo, entretenimento e hotelaria, que prestigiam esta sessão, na convicção de que o projeto que tramita nesta Casa, relacionado aos profissionais dessa área, certamente receberá apoio por unanimidade.

Sr. presidente, participamos ontem da 6ª audiência da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, com a presença da deputada **Ana Paula Lima** e do deputado **Volnei Morastoni**, de Itajaí, ex-prefeito daquela cidade, que levou uma bela contribuição àquela audiência que contou com uma grande participação, eis que a casa estava lotada. Até quero agradecer à Câmara de Vereadores de Itajaí, ao público de Itajaí e região pela presença, ontem, nessa audiência pública.

Deputado **Maurício Eskudlark**, que faz parte da frente e que esteve participando da reunião, obrigado pela presença.

Estamos fazendo os encaminhamentos para a próxima segunda-feira, e deixo aqui o convite aos srs. deputados para, a partir das 10h, participarem da sétima e última audiência desse roteiro proposto pelas diferentes regiões de Santa Catarina, na coordenação dessa frente parlamentar, quando temos feito uma radiografia das drogas em Santa Catarina, das políticas públicas hoje oferecidas pelo governo federal, pelo governo do estado e pelos municípios. E teremos, inclusive, a presença na próxima segunda-feira de representantes da Senad - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas -, para que possamos fechar o documento e encaminhá-lo ao governo do estado, nas proposições acolhidas durante esse périplo pelo estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado **Volnei Morastoni** - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO **ISMAEL DOS SANTOS** - Pois não!

O Sr. Deputado **Volnei Morastoni** - Deputado **Ismael dos Santos**, quero parabenizá-lo por esse trabalho que v.exa. está fazendo, que é uma verdadeira cruzada pelo estado de Santa Catarina com essa nossa Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas. E ontem, em Itajaí, tivemos um exemplo disso. Foram seis audiências com a última a ser realizada aqui, na próxima segunda-feira,

culminando todo esse trabalho com um relatório que vai apresentar propostas concretas ao governo do estado, em consonância com o governo federal, com os municípios e com a sociedade, para enfrentar esse flagelo social das drogas no nosso estado.

Esse tipo de trabalho que a Casa realiza, deputado Ismael dos Santos, engrandece o Legislativo e conquista o respeito da sociedade catarinense, tocando na ferida de problemas concretos que temos e que precisamos encontrar respostas nas políticas públicas. E volto a repetir que de nossa parte, na comissão de Saúde desta Casa, assim como no Fórum dos Pequenos Hospitais, vamos cruzar informações, porque em várias partes do estado sempre se coloca o problema da dependência química e da necessidade de espaços, inclusive de leitos públicos pelo SUS para o tratamento, para a desintoxicação, dentro da concepção da reforma psiquiátrica e da saúde mental.

Então, tenho certeza de que esse trabalho muito substancial e muito sério que foi feito vai trazer conquistas importantes para a população do nosso estado, que está aflita com esse problema.

Muito obrigado e parabéns, deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Estamos motivados, entusiasmados e determinados a ir em frente nessa proposta e nesse comprometimento do governo do estado com as políticas de combate e prevenção às drogas.

Estivemos na semana passada em Belo Horizonte conhecendo de perto o trabalho do governo mineiro nessa área e ficamos até, deputado Maurício Eskudlark, com inveja. É fantástico o trabalho do governo mineiro. Hoje existe uma subsecretaria, deputado Antônio Aguiar, específica para o combate e prevenção às drogas no estado de Minas Gerais.

Acho que modelo semelhante a esse poderíamos adotar em Santa Catarina, inclusive com um fundo específico. O fundo de Minas Gerais administra e conta com R\$ 19 milhões e financia 39 comunidades terapêuticas com mais de quatro mil vagas oferecidas em parcerias com as comunidades terapêuticas e o governo do estado. Um modelo como esse certamente será bem-vindo a Santa Catarina.

Deputado Volnei Morastoni, falava ontem da visita a Itajaí, da conversa com os nossos administradores do porto de Itajaí, que traduz a força econômica do vale do Itajaí e de toda a terra catarinense. E conversando com o superintendente, o popular Toninho, ele nos trouxe uma preocupação da Anvisa sobre a inspeção sanitária que é feita em aeroportos, nos postos de fronteira no oeste catarinense e também nos nossos portos aqui em Santa Catarina.

Dizia-me o superintendente do porto de Itajaí que a Anvisa tem apenas 12 funcionários, sendo quatro na iminência de se aposentarem, para atender a toda demanda de inspeção sanitária. Apenas para exemplificar, dizia o superintendente do porto de Itajaí que são 100 milhões de frangos que passam pelo porto de Itajaí todos os meses, deputado Moacir Sopelsa. E com apenas 12 funcionários, sendo quatro em processo de aposentadoria, há um gargalo econômico. Então, vamos fazer aqui uma moção pedindo à Anvisa que olhe com carinho essa situação especial do porto de Itajaí, assim como os demais portos de Santa Catarina.

Recebemos também, sr. presidente, para concluir nossa intervenção, nesta manhã, a visita do reitor da Udesc, nosso colega Sebastião Lopes Melo, que falava dos projetos de expansão da Udesc, hoje com 46 cursos, presente em dez municípios de Santa Catarina, atendendo a cerca de 13 mil alunos de graduação, 15 mil alunos na área de mestrado e doutorado, portanto, algo em torno de 25 mil alunos frequentam a nossa universidade estadual e estão preocupados com o projeto de expansão e estrutura, e certamente terão o nosso apoio nesta Casa.

Por último, sr. presidente, gostaria de dizer que recebemos nesta manhã a visita de vários prefeitos em nosso gabinete para uma reunião sobre um consórcio que está se propondo no planalto serrano, em São José do Cerrito, Capão Alto, Ponte Alta do Sul, Palmeira e Bocaina do Sul, para falar sobre o Projeto Girassol. E conseguimos, junto ao secretário da Agricultura, João Rodrigues, a quem queremos agradecer, um convênio para a aquisição de sementes para o Programa Girassol, que vai dar sustentabilidade a esses municípios do planalto na diversificação da economia, hoje, muito firmada numa monocultura do feijão e do milho e agora expandindo-se para essa perspectiva do girassol não apenas pelo azeite de cozinha extravirgem, mas também pela probabilidade de termos nos próximos dias uma forte produção de biocombustível através do girassol, inclusive com o compromisso dessas prefeituras em ter até 30%, conforme a lei estabelece, da sua frota de veículos a ser operacionalizada com o biocombustível do girassol. Queremos registrar e agradecer ao secretário da Agricultura por esse convênio que foi estabelecido com esses cinco municípios da região do planalto catarinense.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, comunidade catarinense, vamos dividir o nosso horário com o eminente deputado Carlos Chiodini, de Jaraguá do Sul. Serão seis minutos para cada deputado, sr. presidente.

Quero reportar-me à região que represento, o planalto norte, onde estivemos no município de Canoinhas, na quinta-feira pela manhã, num importante curso de agricultura, em que estavam presentes o gerente da Epagri de Canoinhas, Donato Noenberg, o gerente da Epagri de Mafra, o prefeito Leoberto Weinert, técnicos da Epagri e técnicos da Cidasc discutindo manejo do solo.

Havia um grande número de agricultores presentes para as devidas orientações, para saber qual a melhor alternativa para o planalto norte, porque a maioria planta fumo, sendo Canoinhas o maior produtor de fumo do planalto norte.

Já existe no município de Monte Castelo o programa da maçã; Itaiópolis já conta com o programa da pera, ou seja, os municípios estão encontrando alternativas. Mas acreditamos que alguma empresa pode pensar no planalto norte tendo em vista o setor leiteiro, utilizando o grande número de agricultores que possuem animais.

Em Canoinhas tivemos, juntamente com o prefeito, uma aula de cidadania em educação. Quero anunciar a todos os catarinenses que Canoinhas é o primeiro município do estado de Santa Catarina a colocar um computador à disposição de cada aluno do ensino fundamental. Foram disponibilizados cinco mil computadores para os alunos do ensino fundamental, numa ação inédita em nosso estado.

Parabéns ao secretário da Educação e ao prefeito de Canoinhas pela preocupação com a educação. Sabemos que a educação sempre foi uma dificuldade para a maioria dos municípios e Canoinhas inova lançando o programa para que todos os alunos tenham o seu computador em sala de aula. E não podia ser diferente, já que 2011 é o ano do centenário daquele município.

Gostaria de me reportar ao município de Irineópolis, onde estivemos na sexta-feira, juntamente com a vice-prefeita e os vereadores, fazendo a entrega de uma Kombi à Apae. Um importante município, que tem 63 alunos especiais e cuja Apae foi criada há 25 anos. Quero, inclusive, deixar aqui o meu agradecimento àquela instituição pela maneira receptiva com que nos recebeu e dizer que vamos continuar trabalhando pelo município de Irineópolis.

Passamos também pelo município de Rio Negrinho, onde recebemos um pedido de subvenções sociais. E finalmente estivemos em São Francisco do Sul, onde recebemos o troféu da Grande Jornada do Surf, em nome do governador Raimundo Colombo, da Associação Francisquense de Surf, através do presidente Juliani Possamai.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Carlos Chiodini, pelo tempo restante pertencente ao PMDB.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente e srs. deputados, trago a esta Casa de Leis, hoje, a lembrança de que no último dia 17 de agosto comemorou-se o Dia Nacional do Patrimônio Histórico. E não gostaria que essa data passasse despercebida, sem nenhuma menção em nosso estado, pois se trata de um assunto importante e pouco discutido em nosso dia a dia.

Faço isso porque precisamos criar uma cruzada estadual de preservação do nosso patrimônio histórico. Santa Catarina não é apenas presente e futuro, Santa Catarina também deve ser reconhecida e valorizada pelo seu passado.

Nossa geração está assistindo diariamente à destruição das antigas edificações e locais históricos que cedem lugar aos modernos edifícios de escritórios, apartamentos e outras construções. A grande maioria dos valores culturais locais está sendo perdida em função do mundo cada vez mais globalizado, esquecendo de que a educação popular é o meio mais eficaz de assegurar a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, conforme disse o advogado, jornalista e escritor Rodrigo Melo Franco de Andrade, criador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan, em 1937, e diretor da instituição por mais de 30 anos.

Nossas cidades, srs. deputados, estão perdendo suas características, sua identidade cultural, raízes plantadas com muito trabalho. A história e suas memórias estão desaparecendo rapidamente. É preciso lembrar que por definição patrimônio cultural compreende todos os bens móveis e imóveis de valor histórico, arqueológico, arquitetônico, arquivístico, bibliográfico, museológico, artístico, paisagístico, ambiental, cultural e afetivo para a população. Assim, consistem em patrimônio: fotografias, livros, mobiliários, obras de arte, casas, edifícios, ruas, praças, regiões, florestas, cascatas etc.

Sr. presidente e srs. deputados, a defesa do patrimônio histórico compete a todos nós, proprietários, usuários, vizinhos, enfim, questões de posturas e valores que devemos levar conosco. Só a preservação permite à população, à nossa gente, o acesso à memória coletiva, conhecendo e interpretando o passado para construir no presente a sua identidade cultural.

Temos em nosso estado a Fundação Catarinense de Cultura como responsável pela política de preservação de patrimônio no âmbito estadual. E gostaria de fazer um pedido ao nosso secretário e colega deputado Cesar Souza Júnior, que já exerce um papel importante

na secretaria de Cultura Esporte e Turismo, para que dê uma atenção especial ao setor do patrimônio histórico do nosso estado. Da mesma forma, ao governo do estado de Santa Catarina para que garanta uma estrutura básica para prestar atendimento aos municípios do nosso interior, que muitas vezes por falta de conhecimento dos processos de preservação acabam não tendo os mecanismos para conter a destruição da nossa memória e do nosso patrimônio histórico.

O estado de Santa Catarina possui hoje exatos 302 bens tombados em nível estadual, cerca de mais de 60 estão em processo de tombamento e certamente outras milhares de edificações e de bens culturais por Santa Catarina toda necessitam de um enquadramento que assegure à população o acesso a esses patrimônios, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

Por outro lado, sr. presidente e srs. deputados, manter um bem tombado requer dinheiro, conservá-lo requer atenção permanente. Restaurar uma edificação exige rigorosos critérios técnicos, conservando seus valores estéticos ou históricos e requer, desta forma, a ajuda do poder público e do estado.

Nesse sentido, estamos propondo nesta semana a instituição de uma lei que destina um percentual do Fundo Estadual da Cultura, que possui um orçamento estimado em R\$ 43 milhões, para os editais públicos de preservação do patrimônio histórico. Esse percentual poderá ser determinado pelo próprio governo, e não deve ser inferior a 10% dos recursos desse fundo. Entendo que o estado hoje tem que resgatar uma omissão histórica nessa área, priorizando a demanda reprimida ao longo dos anos.

O nosso projeto pretende não só estabelecer a responsabilidade do estado nessa questão, mas também estimular os proprietários de edificações antigas, históricas, relevantes arquitetonicamente nas nossas cidades, para que procurem restaurar e preservar seus edifícios para que não percamos o que resta da nossa memória, da história dos nossos antepassados.

Finalizando, espero que um dia, se os nossos filhos pedirem explicações sobre o que Santa Catarina tem de melhor, possamos andar com eles pelo estado e mostrar o que foi feito e o que se pode observar da história da nossa gente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de comunicar que o sr. Marco Antônio Purificação, supervisor da terceirização, faleceu.

Queremos externar a nossa solidariedade a sua família, uma vez que se tratava de um funcionário muito respeitoso e competente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero agradecer a deferência do líder do PSDB, deputado Dado Cherem, e hoje iria usar a tribuna o deputado Gilmar Knaesel, e também está presente o deputado Daniel Tozzo, mas solicitei esse tempo e me foi concedido. Então, agradeço ao nobre deputado Daniel Tozzo, pois estava do meio para o final das inscrições.

Conversamos hoje com todo pessoal ligado à Federação do Trabalho no Turismo e Hospitalidade de Santa Catarina, no sentido de que daremos apoio ao projeto. E reforçando o pedido à região de Canoinhas, e o nosso deputado Antônio Aguiar acabou de manifestar-se nessa tribuna, recebemos também de lideranças políticas e, principalmente, da imprensa de Canoinhas o pedido de novas viaturas à Polícia Militar, deputado Sargento Amauri Soares.

Quero ressaltar que as manchetes de jornal falam da atuação dos policiais militares num caso de roubo, quando houve novamente confrontos armados entre Mafra e Canoinhas, com a prisão dos autores do roubo, após troca de tiros. Inclusive, muitas vezes estão tendo que atender às ocorrências com uma parati ou uma Kombi.

Então, fizemos uma indicação. Sei que esse material também foi encaminhado, e a secretária gradativamente fará a reposição desses veículos. Tem que atender a todo o estado de Santa Catarina e claro que também à região de Mafra. Então, o material foi recebido, e sei que o gabinete do deputado Antônio Aguiar também recebeu. Fizemos uma indicação ao secretário da Segurança e ao comandante da Polícia Militar, para que a região venha a ser atendida na próxima compra, na próxima aquisição de viaturas.

Fizemos uma indicação hoje a respeito do que temos acompanhado pela imprensa e do que temos sido cobrados pelos colegas policiais e do IGP. Com muita justiça, o governador do estado, Raimundo Colombo, sempre preocupado com a segurança pública determinou uma reunião entre o procurador do Estado, o comandante-geral e o comandante dos bombeiros, para que as horas extras, excedentes às 40 horas, sejam pagas.

Sabemos que pela falta de efetivo, o policial muitas vezes, para cumprir o turno para conseguir fechar a escala, atender à população e dar a segurança necessária, acaba trabalhando

mais do que 40 horas extras mensais. E o que ocorre? Há uma determinação, há uma normativa impedindo o pagamento das horas extras além das 40. E temos acompanhado que amanhã haverá essa reunião.

Fiz uma indicação, porque o grande problema das empresas na segurança é o tratamento diferenciado. Um pai que tem quatro ou cinco filhos não pode tratar de maneira diversa um ou outro, porque acabam ocorrendo incidentes. E será estudado o pagamento do total das horas extras efetivamente trabalhadas para a Polícia Militar, para o Corpo de Bombeiros, que é justo e que tem que ser feito também para os servidores do IGP, para a nossa perícia do estado e para a Polícia Civil.

Então, acredito que o delegado-geral de Polícia já está gestionando nesse sentido. E fizemos uma indicação que, acredito, deve ser lida e votada hoje durante o expediente nesta Casa, para que tratemos de forma igualitária todos os segmentos da segurança pública. Estamos aí todos os dias vendo um caso isolado de desentendimento, de problemas que se não tratarmos com um olhar humano vamos ter mais problemas. Então, é muito importante que não se trate de maneira diferenciada.

Acredito, apesar de não ter visto nos órgãos de imprensa, que tanto o delegado-geral, o diretor do IGP e o secretário da Segurança têm essa preocupação de não fazer discriminação entre os órgãos de segurança. Nós temos os menores índices de criminalidade do Brasil; nós temos os melhores resultados.

Acompanhamos operações todos os dias pela imprensa. E se pegarmos a rede da Polícia Civil e Militar, veremos os inúmeros casos de prisões, de casos desvendados, de quadrilhas presas. E temos que tratar com valor humano esses profissionais da segurança pública.

Então, aproveito esse horário para gestonar de público aquilo que está documentado, aquilo que está numa indicação, para que a secretaria da Segurança trate com muito carinho essa questão das horas extras e todas as questões de distribuição de efetivo, de distribuição de viaturas, de distribuição de armamentos, de coletes, enfim, de tudo o que a secretaria defende, porque já existe um sentimento de discriminação de que essa instituição ou aquela estão sendo beneficiadas na forma de tratamento, que não está havendo um tratamento igualitário.

Então, esperamos que essa indicação reforce a posição do secretário da Segurança e do delegado-geral. E como determinado pelo governador Raimundo Colombo, se houver a liberação do efetivo total de horas extras feitas, que haja esse pagamento e que isso seja feito para todas as instituições, Bombeiros Militares, Polícia Militar, Polícia Civil, funcionários, peritos e técnicos do Instituto Geral de Perícia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, vários temas e assuntos poderíamos abordar neste momento, no horário do Partido dos Trabalhadores, como a diminuição da dívida interna do nosso país, bem como a retomada do debate e da discussão em torno da reforma política tão necessária e urgente, as tratativas que vêm sendo encaminhadas em nível de Congresso Nacional, mesmo que por vezes questionemos uma reforma política para valer, feita pelos próprios congressistas. Até colocamos interrogações e dúvidas nisso, se é a reforma política necessária para o país.

Prefiro trazer à tribuna aquilo que acontece durante essa semana, em nível nacional, que é a jornada de luta organizada, construída, debatida por todos os movimentos sociais que integram a Via Campesina, como o Movimento dos Sem-Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento da Juventude, o Movimento das Mulheres e o Movimento dos Pequenos Agricultores, que há muito tempo vêm fazendo as suas movimentações, pautando temas diversos, demandas e políticas necessárias à sociedade catarinense, à sociedade brasileira.

As mobilizações, nessa jornada de lutas, iniciaram, em nível nacional, no dia de ontem e terminam na próxima sexta-feira. Em basicamente todos os estados existem diferentes mobilizações, muitos atos, feitos em várias regiões de cada estado. E no estado de Santa Catarina, vamos acompanhar as mobilizações na região oeste do nosso estado, em Chapecó, e em Florianópolis.

Durante as suas diferentes atividades, além de ser uma manifestação de reivindicação, ela se torna também um momento de proposição, de discussão, um momento de ampliar o conhecimento e buscar mais informações para continuar mais firmes ainda na luta, na defesa da vida e na defesa de milhares e milhares de famílias que têm a correlação com essas que pertencem a esses diferentes movimentos sociais.

A pauta do debate é bastante extensa, ampla, haja vista que a própria conjuntura vai exigindo decisões e encaminhamentos, e entre vários pontos destacamos, primeiramente, a problemática enfrentada no campo, nas diferentes regiões deste país, em especial no que diz respeito à concentração da terra e da renda. Infelizmente, num país capitalista, neoliberal, caminha-se cada vez mais para a concentração de terra, riqueza e bens de capital. Além disso, outro foco vai em direção da devastação

das florestas, que percebemos estar cada vez mais acentuada e que vem degradando o meio ambiente.

É claro que o centro disso tudo é o pequeno agricultor, o agricultor familiar, que sofre diferentes violências com respeito às diferentes políticas que tentam ser buscadas e construídas pela agricultura familiar.

Um dos grandes objetivos é fazer com que se avance, de fato, na política da reforma agrária neste país. É preciso que haja a democratização da terra, porque, no meu entendimento, é ali que se produz o alimento de qualidade, é ali que milhares de famílias têm a sua identidade.

Outro ponto importante trata-se da renegociação das dívidas. E, de maneira muito especial, está pautada aqui a anistia dos agricultores familiares que possuem dívidas de até R\$ 10 mil. Então, pedimos isso para os agricultores familiares, os camponeses que se encontram com inúmeras dificuldades, no sentido de que permaneçam na sua atividade, no seu trabalho.

Sr. presidente, para concluir, quero dizer que a anistia de até R\$ 10 mil é para possibilitar a garantia de que esses agricultores e camponeses continuem na sua atividade, a agricultura.

Em Santa Catarina vários atos também acontecerão. Amanhã, a Via Campesina estará reunida com o secretário da Agricultura para discutir essa pauta em nível estadual.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Solicito aos srs. deputados que estão nos gabinetes que venham para o plenário, porque o PLC que precisa ser votado hoje necessita de quórum qualificado.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0159/2011, 0375/2011, 0392/2011, 0418/2011, 0428/2011, 0434/2011, 0472/2011, 0474/2011, 0483/2011, 0501/2011, 0502/2011 e 0513/2011, todos de entidade social encaminhando relatório de atividades.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0146/2011, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Tijucas (desenvolvimento de projetos sociais).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0454/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0455/2011, 0456/2011 e 0457/2011, de autoria da deputada Angela Albino; 0458/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 0459/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1.065/2011, de autoria do deputado Darci de Matos; 1.066/2011 e 1.069/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 1.067/2011, de autoria do deputado Jailson Lima; 1.070/2011, de autoria do deputado Manoel Mota; 1.071/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 1.072/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.073/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1.075/2011 e 1.07/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes; e 1.077/2011, de autoria da deputada Angela Albino.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário os seguintes requerimentos:

Requerimento n. 1.068/2011, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Florianópolis, no sentido de que sejam tomadas providências para a revitalização das passarelas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.074/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do IBGE, apelando para que sejam prestadas informações sobre os índios da região oeste de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0066/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao ministro da Saúde, solicitando o aumento no número de cotas de procedimentos cirúrgicos financiados pelo governo federal no Sistema Único de Saúde para o estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0107/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre as empresas que se encontram inadimplentes com o estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0108/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações sobre os fundamentos para o indeferimento do processo de progresso funcional horizontal do servidor Luri Emanuel Pedrosa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0109/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública, solicitando informações sobre os candidatos com deficiência visual que não prestaram prova para o concurso do Detran.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0110/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário da Saúde, solicitando informações sobre os servidores e profissionais médicos que estão lotados no setor de hemodiálise do Hospital Governador Celso Ramos, em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0111/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao presidente do Iprev, solicitando quesitos sobre quantos ex-servidores da Alesc realizaram perícia médica até o dia 19 de agosto de 2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0004/2011, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, que revoga o art. 31 da Lei Complementar n. 485, de 2010, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Jurídicos das Autarquias e Fundações e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Ao presente projeto foi apresentando uma emenda.

Esse projeto trata das aposentadorias especiais de servidores que tenham ocupado mandato eletivo.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, queremos registrar a satisfação de discutir esse projeto no dia de hoje, depois de um longo período tramitando - desde fevereiro deste ano -, através do qual a nossa bancada propôs a revogação de um privilégio criado nesta Casa, no final da sessão legislativa de 2009, deputado Silvio Dreveck, que nos deixou numa situação complicada.

Felizmente tivemos resolvida a questão da retroatividade: o deputado Dado Cherem a reconheceu, o deputado José Nei Ascari abriu mão do seu relatório em favor do pedido de vista do deputado Dado Cherem.

Construímos esse encaminhamento na manhã de hoje e estamos dando uma resposta à sociedade catarinense através da ação deste Parlamento.

Quero, por fim, registrar o empenho desta Casa, principalmente da comissão de Constituição e Justiça, que fez um grande esforço para chegar ao resultado que ora tramita.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal e no painel eletrônico.

Os sr. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER
DEPUTADO ALTAIR GUIDI
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI
DEPUTADO CIRO ROZA
DEPUTADO DADO CHEREM sim
DEPUTADO DANIEL TOZZO
DEPUTADO DARCI DE MATOS
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO EDISON ANDRINO sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim
DEPUTADO GELSON MERISIO sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS
DEPUTADO JAILSON LIMA
DEPUTADO JEAN KUHLMANN
DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI
DEPUTADO MANOEL MOTA
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL
DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim
DEPUTADO NEODI SARETTA sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
DEPUTADO VALMIR COMIN
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI
A Presidência pergunta se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.
(Pausa)
Está encerrada a votação.
Colho o resultado.
Temos 22 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.
Está aprovado em primeiro turno.
Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h08.
Está encerrada a sessão.

ATA DA 022ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2011 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h08, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Chereim - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopesa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0004/2011, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, que revoga o art. 31 da Lei Complementar n. 485, de 2010, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Jurídicos das Autarquias e Fundações e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global e uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.

A votação será nominal e no painel eletrônico.

Os srs. deputados que o votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER
DEPUTADO ALTAIR GUIDI
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI
DEPUTADO CIRO ROZA
DEPUTADO DADO CHEREM sim
DEPUTADO DANIEL TOZZO
DEPUTADO DARCI DE MATOS
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI
DEPUTADO EDISON ANDRINO sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim
DEPUTADO GELSON MERISIO sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS
DEPUTADO JAILSON LIMA
DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI
DEPUTADO MANOEL MOTA
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL
DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim
DEPUTADO NEODI SARETTA sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
DEPUTADO VALMIR COMIN
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI
Está encerrada a votação.
Votaram 23 srs. deputados.
Colho o resultado
Temos 23 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.
Está aprovada a matéria em segundo turno.
Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h15.
Está encerrada a sessão.

ATA DA 023ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2011 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h15, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar -

Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Chereim - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia

Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli -

Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se à divergência entre as Polícias; manifesta a necessidade da criação da região metropolitana do Contestado.

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI (pela ordem) - Registra a presença de alunos do curso de Direito da Unibave.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Reporta-se à Assembléia Geral da ONU.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Tece comentários sobre a greve na UFSC.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Parabeniza o deputado Joares Ponticelli pelo pronunciamento.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Manifesta-se acerca da greve da UFSC; expressa preocupação com a sequência de fugas das penitenciárias.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (aparte) - Solidariza-se com o deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Comenta o quadro do *Fantástico* que mostrou Pomerode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0146/2011.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0004/2011.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Srs. deputados, conforme entendimento feito entre os deputados Mauricio Eskudlark e Ismael dos Santos, fará uso da palavra, neste momento, o deputado Maurício Eskudlark.

Portanto, com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham, público que prestigia a nossa sessão que está dinâmica hoje, vou fazer um comentário, para finalizar, a respeito da nota da Aprasc expedida pelo presidente da entidade, nosso colega deputado Sargento Amauri Soares: concordo quase que integralmente com o conteúdo dessa nota que busca apaziguar os ânimos. Quero dizer também que alguns desentendimentos têm sido causados involuntariamente, mas que se não houvesse conversa, não houvesse um basta entre os comandos, seja da Polícia Civil ou da Polícia Militar, incidentes poderiam ter passado despercebidos, incidentes esses que nada têm a ver com disputa institucional, até porque as duas instituições prestam um grande e um relevante trabalho ao estado de Santa Catarina. Nós poderemos ter, sim, algum confronto, algum desentendimento que pode causar vítima, constrangimento, enfim, fatos que não condizem com a história do nosso estado.

Então, concordo com a nota, entendo que os policiais militares fazem um grande trabalho em nosso estado, querem atuar no trabalho preventivo e não burocrático, sem preencher documentação em B.O - Boletim de Ocorrência - de viatura, não ficando engessado pela burocracia institucional.

Posso dizer isso porque tenho 30 anos de carreira na Polícia Civil, sempre trabalhei em operações em conjunto com a Polícia Militar e sei da disposição e da capacidade desses policiais em fazer o seu trabalho. Também conheço muito bem a Polícia Civil, sei do trabalho que vem sendo feito por essa instituição no estado de Santa Catarina, com soluções de casos, investigações das mais complexas, e acredito que o nosso estado seja o único do Brasil que está com todos os casos de sequestro solucionados desde 1993 e os autores identificados.

Por isso Santa Catarina desponta em nível nacional quanto à questão da segurança pública, mas ela precisa, neste momento, de uma palavra de entendimento, de uma condução isenta dessa conversação, para que haja entendimento e para que fatos isolados ou pequenos acontecimentos não venham a ser transformados em problemas para a nossa população, para o nosso estado e para o nosso governo.

Está faltando mais sensibilidade, é preciso ouvir o policial, valorizar o servidor da Segurança Pública. Estão sendo aplicadas normas absurdas, deputada Dirce Heiderscheidt. Sabemos que em Palhoça qualquer servidor ou qualquer cidadão que quiser falar com o prefeito Ronério Heiderscheidt vai conseguir, que ouvirá o secretário da área ou o responsável, como também a pessoa que quiser fazer o seu reclamo.

Infelizmente, temos sentido que tanto na Polícia Civil quanto na Polícia Militar está faltando diálogo, criando-se uma divisão entre quem comanda e quem é comandado, que quer orientação, quer ser valorizado e quer o diálogo.

Então, o policial não tem acesso à chefia, não é ouvido, tem que falar com o superior imediato, que tem que ser ouvido e respeitado na hora da decisão. Mas o servidor tem que ter o direito de falar com o chefe máximo da instituição, com o chefe que vai finalmente dar a decisão.

Todos os dias recebemos esse reclamo dos nossos policiais, da falta de atenção, da falta de diálogo, sendo que essa falta de diálogo leva o policial ao *stress*. Por isso estamos enfrentando todos os dias fatos isolados, que já não são isolados, porque quando começam a acontecer corriqueiramente trazem problemas tanto para o governo do estado quanto para o cidadão, no seu dia a dia.

Então, quero dizer que a nota da Aprasc, assim como a do Sindepol e também do Sintrasp, que são os sindicatos dos policiais que conclamam que haja entendimento, é muito importante, mas precisamos também que haja, de cima para baixo, uma atenção especial ao servidor da Segurança Pública.

Também recebi, no dia de hoje, da Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense - Acioc -, de Joaçaba, uma manifestação solicitando apoio e voto favorável à criação da região metropolitana do Contestado. Inclusive, entramos com uma indicação, que foi encaminhada ao governo do estado e ao secretário de Planejamento, pedindo a criação da região metropolitana do extremo oeste catarinense.

O estado de Santa Catarina está dividido, hoje, em oito regiões metropolitanas e apenas duas não estão contempladas dentro do projeto, sendo que hoje as facilidades para a criação das regiões metropolitanas são maiores e os benefícios para a população são muito grandes.

Na região que é toda metropolitana, a ligação telefônica é considerada local; para o financiamento habitacional o valor é quase o dobro de onde não é região metropolitana, e isso vai favorecer a construção civil, o cidadão que quiser construir a sua casa, o seu apartamento, a sua propriedade, com valores de financiamentos bem maiores, além do que as regiões metropolitanas, em nível de governo federal, estão contempladas no PAC com várias verbas especialmente para essas regiões.

Então, é muito importante que se dê encaminhamento ao processo de criação da região metropolitana do Contestado, que vai abranger a região do vale do Rio do Peixe e do Contestado, como também a criação da região metropolitana do extremo oeste, que abrange toda a região de Maravilha, Itapiranga, Dionísio Cerqueira, São Lourenço do Oeste, chegando quase ao vale do Rio do Peixe, onde inicia a outra região que também não foi contemplada.

Não sei os critérios que foram utilizados que deixaram apenas duas regiões de Santa Catarina não incluídas como região metropolitana, que as fizeram perder uma série de benefícios oferecidos pelo governo federal quando da implantação da região metropolitana.

A Associação Comercial e Industrial do Oeste tem o nosso apoio, tem o nosso

voto, inclusive na visita do governador Raimundo Colombo e comitiva a Maravilha e Palmitos nós nos manifestamos ao governador e ao secretário do Planejamento Filipe Mello dizendo da importância de que esses projetos sejam tramitados o mais rápido possível.

Finalizando, quero agradecer ao deputado Ismael dos Santos por ter aceitado fazer a permuta de horário, permitindo que este deputado pudesse se manifestar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Queremos agradecer a presença, nesta Casa, dos integrantes da Federação dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade de Santa Catarina e seus sindicatos filiados, que estão lutando pelos direitos dos trabalhadores.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Apenas quero registrar, sr. presidente, a presença dos alunos do primeiro semestre do curso de Direito da Unibave, nossa querida Universidade Barriga-Verde, com sede na cidade de Orleans. Esses alunos já passaram, hoje, pelo Tribunal de Contas e pelo Tribunal de Justiça.

Sejam todos bem-vindos e retornem sempre ao Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, visitantes que nos honram com sua presença nesta Casa, inicialmente gostaria de agradecer publicamente, mais uma vez, ao deputado Joares Ponticelli, pela indicação do nome deste deputado pela União Nacional de Legisladores e Legislativos do Brasil, Unale, para representar o Brasil, compondo a comitiva oficial do governo brasileiro, numa reunião de alto nível da ONU, para tratar da inclusão das doenças crônicas não transmissíveis na Agenda do Milênio, que acontecerá de 19 a 21 de setembro.

Por isso, deputado Joares Ponticelli, mais uma vez quero agradecer pela sua mais que prestimosa atenção com este deputado na reunião da Unale realizada em Curitiba. Havia recebido um convite do ministério da Saúde, mas precisava do referendo de uma entidade nacional, e nada melhor do que a própria Unale para justificar essa distinção de poder representar as Assembleias Legislativas e os legisladores estaduais de todo o Brasil nesse importante evento da saúde mundial.

Esse evento contará com a presença da presidente Dilma Rousseff, que abrirá a Assembleia Geral da ONU, momento em que os chefes de estado de todo o mundo estão clamados a assinar um importante documento para que se possa fazer frente às doenças crônicas não transmissíveis.

Deputado Joares Ponticelli, há algumas décadas o principal problema de

saúde pública eram as doenças infectocontagiosas. A Aids é hoje ainda um problema, mas já não é mais o problema principal.

Em todo o mundo, mais de 70% das mortes prematuras e das doenças incapacitantes são decorrentes das chamadas doenças crônicas não transmissíveis. Entre elas o câncer, o diabetes, as doenças cardiovasculares e as doenças respiratórias crônicas.

Portanto, é um conjunto de doenças que hoje grassam pelo mundo. E além do impacto social, além do impacto humano, há também o impacto econômico nos países e um grande pacto nos planos de saúde, principalmente na saúde pública.

Por isso é importante que haja um grande acordo mundial, para que todos os países assumam a sua responsabilidade. Mas todos têm participado de reuniões preparatórias. Eu mesmo já participei de algumas dessas reuniões no ministério da Saúde e no das Relações Exteriores, juntamente com a Presidência da República, no sentido de elaborar um documento, ao qual tecerei, depois, algumas considerações. É este aqui! É o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis no Brasil para a próxima década 2011 e 2022. E cada um dos países signatários à ONU está fazendo o mesmo papel, o mesmo dever de casa, que é elaborar os seus planos internos. E isso tudo depois conjuga em ações de interlocução de um grande diálogo mundial, para poder fazer frente a uma situação como essa dessas doenças.

As próprias DST/Aids foram um exemplo dos avanços que tivemos no sentido de conter essa situação no mundo todo, sendo que esses avanços nos tratamentos, nos medicamentos, nos diagnósticos já foram frutos de um trabalho dessa natureza feito no âmbito de um grande acordo com todos os países do mundo. É um trabalho bellissimo que será feito em conjunto com o governo federal, com os governos dos estados e com os municípios. Mas o mais importante disso tudo é que além de avançarmos no tratamento dessas doenças, precisaremos melhorar cada vez mais as formas de diagnósticos e os medicamentos. Então, temos que atuar firmemente na prevenção e na promoção da saúde. E o que está na base desse grande trabalho é que os países vão assumir um compromisso mundial de coisas que no dia a dia não estavam muitos habituados a falar. Vamos falar cada vez mais de alimentação saudável e de atividades físicas, porque somente esse binômio, para não falar de outros, tem um poder de prevenção e de promoção extraordinários, e precisamos utilizar a força dos governos, das estruturas de poder, das escolas, das universidades e dos meios de comunicação para, de forma massiva, conquistar o engajamento da população.

Alimentação saudável é um capítulo gigantesco. Por exemplo, dentro dos Parlamentos estadual e nacional há um ponto para debatermos com a indústria alimentícia, que é a quantidade de sal e açúcar nos alimentos. Ela é excessiva. É muito excessiva a quantidade de sal e

açúcar nos alimentos. Deputado Joares Ponticelli, numa latinha de Coca-Cola Zero não há açúcar, mas veja a quantidade de sal que existe lá!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Volnei Morastoni, gostaria de cumprimentá-lo e dizer que não é v.exa. que deve nos agradecer como entidade. É o nosso Parlamento, a nossa instituição, que deve agradecer a v.exa., primeiro, por ter passado a informação rapidamente para que pudéssemos, ainda na reunião de ontem, levá-la ao conhecimento de todas as Assembleias do Brasil e da nossa diretoria e, segundo, porque temos convicção de que v.exa. vai representar os 1.059 deputados do Brasil com muita informação e honradez e vai nos permitir acessar a essas informações e promover esse debate, porque sabemos que essas epidemias ou endemias... O câncer cada vez mais atinge pessoas jovens, crianças, adolescentes, e precisamos fazer e ampliar esse debate.

Por isso, nós, como entidade, estamos orgulhosos por tê-lo como representante dos 1.059 deputados do Brasil, garantindo um assento para que, num evento de tão alto nível, possamos ter uma cadeira e uma participação tão brilhante como será a de v.exa.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Eu quero honrar muito esse convite e essa deferência da Unale, comprometendo-me também, depois, a comparecer em reunião da Unale para relatar toda essa vivência que terei. Ao mesmo tempo, colocando-me à disposição da Unale, das Assembleias Legislativas de todo Brasil, para poder levar as informações e ter um engajamento das comissões de Saúde de cada uma das nossas Assembleias Legislativas, porque esse foi um assunto que eu fiz questão de ressaltar na última reunião, em Brasília, quando, na quinta-feira e na sexta-feira da semana passada, houve o lançamento desse plano nacional.

Além do Congresso Nacional, o ministério da Saúde deve se servir das Assembleias Legislativas do Brasil e das Câmaras de Vereadores de todos os municípios brasileiros, que formam uma capilaridade junto à população brasileira, para poder levar avante as informações e o engajamento sobre um plano dessa natureza.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, quero dizer aos estudantes da Unibave que aqui comparecem que são todos muito bem-vindos.

Eu quero, inicialmente, trazer a informação já aguardada por esta Assembleia, ou seja, a da nomeação, deputados Gilmar Knaesel e Romildo Titon, e do

agendamento da primeira reunião do grupo de trabalho que foi constituído e acertado aqui nesta Assembleia por ocasião da votação do projeto do Magistério, quando foi definido que haveria a formação de um grupo de trabalho para, nos próximos 120 dias, apresentar a proposta, deputado Kennedy Nunes, que pudesse permitir os avanços necessários ainda no resgate da carreira do Magistério Público Catarinense.

Ontem, o governador Raimundo Colombo nomeou a comissão e esta Assembleia, por decisão da Mesa, do presidente Gelson Merisio, designou o meu nome para representar o Parlamento, talvez pela minha condição de professor, mas também de relator da matéria que fui, deputado Daniel Tozzo, para que esta Casa possa garantir um assento e também participar da discussão daquilo que é necessário ser construído, deputado Sargento Amauri Soares. E acredito que, com esse grupo de trabalho e com o agendamento da reunião, o governo demonstra, mais uma vez, o quanto quer tratar de forma responsável esse assunto.

Deputado Kennedy Nunes e deputada Dirce Heiderscheidt, sei que não se trata de uma ação de todo o sindicato, mas de alguns núcleos, especialmente os mais radicais e os que sobrevivem do quanto pior melhor, que insistem em vender inverdades sobre o projeto que aprovamos nesta Casa.

Digo sempre que desconheço informações de qualquer outro estado do Brasil, de qualquer outro governo do Brasil, que tenha, no primeiro ano de mandato, concedido um reajuste de 1/3 na folha do Magistério. Esse é um reajuste global. Serão mais de R\$ 40 milhões a partir de janeiro. Portanto, no primeiro ano de mandato, vamos ter o acréscimo na folha do Magistério de R\$ 123 milhões/mês para mais de R\$ 160 milhões. Nenhum outro governo, de nenhum outro partido, de nenhum outro estado do Brasil, fez isso. E aqui, se não ficarmos repetindo isso, deputado Silvio Dreveck, as inverdades podem acabar virando verdade, e é preciso esclarecer, acima de tudo, à sociedade sobre isso.

Então, amanhã, vamos participar dessa primeira reunião de trabalho. Evidentemente que, como sempre fui muito transparente nas minhas ações, vou trazer, no dia seguinte, todos os encaminhamentos que fizermos, deputado Silvio Dreveck, na condição de representante desta Casa, para que possamos continuar avançando na reconstrução de uma carreira que foi, ao longo dos últimos oito anos, destruída, deputado Kennedy Nunes.

Ao mesmo tempo, quero aqui trazer a preocupação, deputado Sargento Amauri Soares, que já levantei na comissão de Educação na manhã de hoje, haja vista a realidade que encontrei, e que me assustei, na última sexta-feira, quando estive nas dependências da Universidade Federal de Santa Catarina, mais precisamente na formatura do curso de Engenharia da Automação, já que um afilhado e o meu primo se formavam naquela oportunidade, e para meu orgulho como aluno primeiro colocado do curso de Engenharia da

Automação. E na ocasião pude perceber o caos em que se encontra a nossa UFSC, em função da greve dos servidores. São mais de 60 dias de greve dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina, deputado Kennedy Nunes, com a adesão de mais 70%. O caos está instalado e o prejuízo dos estudantes catarinenses é imensurável. O restaurante universitário não funciona e todos os serviços que os estudantes carecem estão paralisados, deputado Daniel Tozzo, há mais de 60 dias.

Aí não vemos alguns que defendem tanto greves no serviço estadual manifestarem-se em relação àquela greve. Eu não sei por que, deputado Gilmar Knaesel. Parece que lá na Universidade Federal de Santa Catarina não há servidores insatisfeitos e não há uma grande comunidade de estudantes sendo prejudicada. E o pior, deputado Sargento Amauri Soares, é que eu ouvi de professores que eles estão avaliando a possibilidade de entrarem em greve também, em solidariedade aos servidores e por falta de condições de trabalho, dada a insensibilidade do governo para atender à pauta de reivindicações.

Então, é hora de esta Casa também se manifestar na defesa do interesse dos estudantes! Os catarinenses que estão na Universidade Federal de Santa Catarina, que estudaram, que se esforçaram para passar no vestibular e que chegaram lá cheios de esperanças, agora não têm, deputado Volnei Morastoni - e conversei com vários deles -, condições de continuar com os seus estudos. Há aqueles que dependem do restaurante universitário, por exemplo. Há muita gente carente lá na Universidade Federal. Não é verdade essa máxima, deputado Sargento Amauri Soares, de que só gente rica está na Universidade Federal! V.Exa. relatou, hoje, a sua experiência, uma vez que é egresso da Universidade Federal de Santa Catarina, e a dificuldade de estudantes que não têm outro meio de se alimentar senão pelo restaurante universitário, que não está funcionando.

Então, ouvi depoimentos preocupantes e parece-me que a solução do problema ainda não está visível. Penso que esta Casa precisa se manifestar e abrir, inclusive, deputado Nilson Gonçalves, um espaço democrático, como sempre foi aberto, para que aqueles prejudicados por conta dessa greve na Universidade Federal também possam vir aqui. Já que fomos tão democráticos nesse processo de discussão da situação estadual, que sejamos também nesse momento e que tenhamos o mesmo comportamento. Acho que isso é coerência e é necessário!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não! Ouço v.exa., deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Quero agradecer pela oportunidade do aparte, deputado Joares Ponticelli, parabenizá-lo pelo pronunciamento e dizer que é fato que os servidores da Universidade Federal estão em greve há mais de 60 dias, porque o patrão deles é o governo federal, assim como é dos professores das universidades federais, e ele não tem o hábito de vir até a Assembleia Legislativa.

No entanto, é necessário que debatamos esse problema porque é um problema de Santa Catarina, da sociedade catarinense, de trabalhadores catarinenses. E é fundamental que debatamos isso porque é um problema da educação para os catarinenses.

Com relação a essa questão, para qualquer família que não more na Grande Florianópolis, que não seja originária daqui, que não resida aqui, custa, para manter um filho na Universidade Federal, mais de R\$ 1 mil por mês. Portanto, essa questão de que é um privilegiado por ter estudo gratuito, ensino gratuito, não é verdade. É um peso muito grande para as famílias manterem um filho na universidade. E o fato de o restaurante estar fechado deixa muitos desses estudantes passando, inclusive, necessidade alimentar, o que prejudica, com certeza, a qualidade também da educação e as condições mínimas de continuar estudando dessa forma.

Além disso, a biblioteca também está fechada! Então, com o Restaurante Universitário e a biblioteca universitária fechados, de que forma se consegue prosseguir com as aulas na Universidade Federal? Se os professores pararem em solidariedade, merecem o nosso aplauso!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares. Incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento.

Estamos, inclusive, preparando algumas moções para que possamos, deputado Gilmar Knaesel, encaminhá-las amanhã ao deputado Edinho Bez, que é o coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, porque esse é um problema de Santa Catarina, que afeta o estado, e ao ministro d Educação, Fernando Haddad, deputada Dirce Heiderscheidt, para que se possa acelerar esse processo de composição e de negociação, porque já estamos chegando a quase 70 dias de greve, e isso realmente nos preocupa.

Encaminharemos uma moção também à própria presidenta da República, para que possamos sensibilizar os órgãos de governo, deputado Ismael dos Santos, para encontrarmos rapidamente uma solução, porque os estudantes da nossa Universidade Federal estão sendo muito prejudicados. Sentimos o próprio reitor, professor Álvaro Toubes Prata, extremamente preocupado com a situação, e esperamos poder resolver esse impasse rapidamente.

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Edison Andrino - Deputado Joares Ponticelli, hoje tive a oportunidade de conversar com um dos líderes do movimento da universidade e convidei-o para vir esta semana à Assembleia para explanar as dificuldades que eles estão encontrando e também no sentido de se buscar uma solução para o movimento grevista. E quem sabe esta Casa possa intermediar uma solução junto ao governo federal.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Queremos registrar a presença dos membros da Escola do Legislativo neste plenário.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Na ausência do deputado Valmir Comin, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Ismael dos Santos, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, venho aqui para falar sobre dois assuntos, deputado Joares Ponticelli.

Eu estava colocando no *Twitter* essa questão da Universidade Federal em greve e quero dizer que não vemos, deputado Silvío Dresch, os baluartes, que durante a greve dos professores estaduais fizeram todo o processo nesta tribuna de serem os defensores da educação, os paladinos da educação, deputado Nilson Gonçalves, manifestarem-se, principalmente a bancada do PT. Ela simplesmente se cala aqui neste Parlamento, quando se trata da greve dos professores da Universidade Federal de Santa Catarina. Por quê? Porque o governo federal é do PT? Quer dizer, vale a garra, a luta, a vibração somente quando não pega na pele? Também gostaria de ver a deputada Luciane Carminatti, a deputada Ana Paula Lima, o deputado Dirceu Dresch, o deputado Volnei Morastoni, o deputado Padre Baldissera, enfim, os deputados do Partido dos Trabalhadores virem aqui ajudar os professores da Universidade Federal na luta pelas suas reivindicações! Como disse o deputado Sargento Amauri Soares, é claro que o patrão é o governo federal, mas quem sofre são os alunos e os professores, que são catarinenses. E onde está a bancada do Partido dos Trabalhadores tão defensora e que encheu o estado com cartazes dizendo quem era amigo e inimigo da educação, deputado Manoel Mota? Cadê? Quer dizer que não vale, passa batido, ninguém fala nada, porque, como lá é governo federal, então não podemos fazer nada?! Temos que trazer o problema para cá, sim, e fazer uma audiência pública! E quero ver a bancada do Partido dos Trabalhadores exigindo, da mesma forma como exigiu do governo estadual aqui, na questão dos professores da rede pública federal, da Universidade Federal de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Edison Andrino - Eu cumprimento v.exa. por trazer este assunto a esta Casa, uma vez que interessa a Santa Catarina. É a nossa grande história com a Universidade Federal de Santa Catarina. São 71 dias de greve e já está na hora, realmente, de esta Casa tomar uma decisão, porque eu não vejo diferença entre as reivindicações dos servidores federais, da

Universidade Federal de Santa Catarina, e dos professores do estado. Não se pode usar dois pesos e duas medidas.

Eu acho que a vinda dos líderes do movimento a esta Casa, para que este Poder possa intermediar junto à ministra Ideli Salvatti, junto ao ministério da Educação, junto ao ministério de Planejamento, que está segurando os recursos, é fundamental.

Por isso, quero cumprimentar v.exa., como já fiz com o deputado Joares Ponticelli. E quem sabe esta Casa, ainda esta semana, possa receber os líderes do movimento e ajudar na busca de uma solução, porque a greve está prejudicando o ensino na Universidade Federal de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Aliás, esse silêncio, deputado Edison Andrino, também ocorreu durante a greve em Joinville. A greve lá paralisou geral e porque era do governo do Partido dos Trabalhadores também ficaram em silêncio e ninguém falou nada aqui. Era como se nada estivesse acontecendo. E o pior de tudo é que quando eu vinha falar alguma coisa aqui na tribuna, ficavam chateados porque eu estava falando que seria perseguição política. Então, quero ver a manifestação.

Mas eu não quero falar somente sobre esse assunto. Deputado Nilson Gonçalves, que preside neste momento a sessão - e é bem da sua área a questão de polícia -, eu estou extremamente preocupado com a sequência de fugas nas nossas penitenciárias. É impressionante o que está acontecendo no setor penitenciário deste estado! Toda semana há uma fuga maciça. Aqui em Florianópolis houve uma fuga atrás da outra. No domingo houve uma fuga lá em Imbituba que deixou toda a cidade em polvorosa porque fugiram 11 detentos. E hoje, de madrugada, lá em Joinville, ocorreu mais uma fuga. E sabem como? Serrando a grade. Não consigo acreditar nisso. Sinceramente, não consigo, deputado Ismael dos Santos, entender como é que os prisioneiros podem serrar grades e fugir da cadeia! A falha está acontecendo e é grotesca, parece aqueles filmes a que assistimos na televisão, de camaradas serrando as grades. É impressionante! E, agora, em Joinville, pela manhã, mais uma cambada fugiu. E fugiu como? Serrando as grades. Mas não é a grade da cela deles, é a do pátio. Já imaginaram como isso pode acontecer? Como pode alguém serrar as grades do pátio, deputado Nilson Gonçalves, sem ser visto? É impressionante.

Estou preparando um requerimento para apresentar na comissão de Segurança Pública, deputada Dirce Heiderscheidt, para trazermos aqui os responsáveis para dar uma explicação. E não venham aqui dizer que não sabem. Quero saber por que está havendo essa sequência de fuga.

Dizem que se torna mais fácil porque ninguém tem medo de ser preso, porque a legislação mudou e que agora se libera qualquer um. Como diz o pessoal do programa Pretinho Básico, se alguém for preso é só ficar tranquilo porque um amigo vai serrar as grades e ele vai sair já.

É uma barbaridade, um desrespeito, o que está acontecendo no setor de cadeia pública aqui em Santa Catarina. O que é que está havendo?

Trarei esse assunto à comissão de Segurança Pública, porque essa situação deixa a cidade toda em alerta. Estou recebendo um monte de telefonemas do Parque Guarani, deputado Nilson Gonçalves, do Paranaguamirim, de pessoas que estão apavoradas porque, novamente, o alarme soou esta madrugada. E a coisa mais impressionante lá em Joinville é que eles fugiram da cadeia dos pobres - porque lá há o cadeião e a cadeia dos ricos, que é a penitenciária -, passaram pela cadeia dos ricos e foram embora. É impressionante! Eu, sinceramente, não consigo acreditar e por isso vou trazer aqui, se os nossos pares aprovarem, os responsáveis por esse assunto para sabermos o que é que está acontecendo, o porquê da sequência de fugas e também qual é o planejamento de ressocialização para esses detentos.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar v.exa. e voltar a falar sobre o primeiro tema escolhido por v.exa. porque hoje, pela manhã, ouvi a notícia de que agora vem para esta Casa um projeto da Casan, que vende ações que não são da Casan, que serão compradas pelo governo para colocar no fundo da Casan e fortalecê-la cada vez mais. Mas ouvi, também, esta manhã, a notícia de privatização do aeroporto de Fortaleza. Inclusive já fizeram o leilão e já venderam. Quer dizer, estão privatizando os aeroportos. Mas aqui a privatização é um inimigo e lá uma realidade? Essas coisas são complicadas, deputado Kennedy Nunes!

Então, é isso que a sociedade tem que saber: são dois pesos e duas medidas! Lá, o que é do governo federal não vale para Santa Catarina? É preciso ter coerência. Nós, que somos parlamentares, devemos ser coerentes com as nossas ações, com a forma de administrar e com a forma de se defender, sempre na mesma linha. Não podemos receber apenas os aplausos.

Então, sr. presidente, quanto a essa questão dos funcionários do hospital, temos que trazer os responsáveis para esta Casa, pedir esclarecimentos e discutir esse assunto, pois se era bom para um lado, por que agora não serve mais?

Quero cumprimentar v.exa. e parabenizá-lo, porque esse é um tema importante e que deve ser discutido neste Parlamento.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Volto a dizer, e estou cobrando isso daqui, que quero ver a manifestação da bancada do PT com relação a essa greve da UFSC. Eles têm que nos ajudar! Penso que a referida bancada deve ter o telefone vermelho, não aquele grampeado, mas o outro, o da ministra Ideli Salvatti, para pedir uma posição mais forte em relação a essa questão da greve há 71 dias.

E para finalizar, entendo que a comissão de Segurança Pública, que se reunirá na próxima sessão, vai poder apresentar e aprovar esse requerimento para trazer a esta Casa os responsáveis por essas seguidas fugas nas cadeias e

presídios aqui em Santa Catarina, porque tem alguma coisa errada nesse sentido.

Não é possível, sr. presidente, termos todas as semanas uma fuga devido às grades serradas. E os fugitivos estão escapando.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Antônio Aguiar, com a palavra o sr. deputado Edison Andrino.

(Pausa)

Na ausência do deputado Edison Andrino, com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, todos que acompanham a nossa sessão, quero falar, sr. presidente, da minha manifestação sobre o quadro que foi apresentado domingo à noite, no *Fantástico*, exibido pela *Rede Globo*, chamado *Choque Cultural*, que apresentou duas etnias, a etnia afro, representada pela Bahia, e a etnia germânica, representada pelo estado de Santa Catarina, através da cidade de Pomerode. O programa trouxe um professor, compositor e músico, que conviveu por alguns dias com pessoas pertencentes à cultura alemã em nosso estado, especialmente na cidade de Pomerode.

Trago esse assunto porque considero esse programa extremamente importante no sentido de valorizar, inicialmente, as diversas etnias que compõem o povo brasileiro, essa famosa diversidade cultural que tem sua origem na imigração dos africanos para o Brasil, dos europeus da mesma forma, assim como tantas e tantas outras etnias de todas as partes do mundo. É importante salientar que a apresentação do programa mostra que o município de Pomerode preservou muitos pontos dessa chamada herança cultural, a começar pelo hábito da própria língua mãe, que muitos trouxeram consigo, não apenas os alemães, mas os italianos e os poloneses que vivem em nosso estado, que preservaram, ao longo de tantos anos, mais de 150 anos, essa questão tão importante que é a língua original ou a língua mãe que aprenderam em casa com os seus familiares. E além da língua também os seus

usos e costumes, a forma de se vestir, a forma de se divertir, os esportes e também características que são importantes salientar: a fé e a religiosidade que também marcaram e marcam o nosso Brasil com tanta diversidade.

Então, o programa teve o foco nessa mistura e mostrou as diferenças, onde se encontram as culturas afro-brasileiras e as teuto-brasileiras. Para nós foi um orgulho a escolha, deu-nos uma visibilidade especial. E sinto-me orgulhoso pela minha cidade de Pomerode que foi escolhida. Inclusive, durante as gravações, houve o envolvimento do poder público municipal. Até aproveitei a oportunidade para cumprimentar o nosso prefeito Paulo Pizzolatti, a vice-prefeita Gladys Siewert e, especialmente, a Fundação Cultural, através do secretário Cláudio Krieger, que deram todo o apoio logístico para que o programa pudesse ser muito bem realizado na cidade.

Acho que valeu pela divulgação especial, pois todos sabem o horário nobre que é o *Fantástico*, em nível de Brasil, e também a sua audiência. Pomerode ganhou a preservação cultural, mas, acima de tudo, a visibilidade turística, já que é a cidade mais alemã do Brasil e hoje tem um forte apelo turístico. Com isso, Pomerode terá um retorno positivo com esse quadro do programa apresentado.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que a cidade de Pomerode foi escolhida também para representar todos os países sul-americanos num programa de grande audiência na Europa e na Alemanha, chamado Troca-Troca, que é exibido e realizado pela ZDF, que é o segundo maior veículo de comunicação da Alemanha e que também tem esse programa, que vai ao ar aos domingos à noite, com o mesmo objetivo do quadro *Choque Cultural*, do *Fantástico*, ou seja, mostrar como vivem os descendentes alemães fora da Alemanha, que migraram para outros continentes, outros países e, com isso, mostrar para os próprios alemães que fora da Alemanha há a preservação cultural, há pessoas que preservam o uso e os costumes que herdaram dos seus antepassados.

Esse programa também já foi gravado na cidade de Pomerode e será exibido pela ZDF. Com isso, também na mesma linha do programa *Fantástico*, o objetivo é a valorização cultural, é mostrar que valeu a pena preservar os usos e os

costumes. Valeu a pena também o poder público incentivar isso, que vai gerar, com certeza, visibilidade do ponto de vista turístico, porque muitas pessoas após assistirem a esse programa vão se interessar em conhecer pessoalmente tudo isso que foi apresentado através desses programas.

Então, quero fazer esse registro muito feliz desses acontecimentos na minha cidade e, acima de tudo, parabenizar todos aqueles que acreditaram na preservação da nossa Pomerode quanto às questões de origem germânicas e costumes, mas também em todos os aspectos da língua mãe, que ainda hoje se fala fluentemente naquela cidade. Então, os resultados estão aparecendo em função de tudo que acabei de falar.

Para finalizar, quero cumprimentar a administração municipal, mais uma vez, por ter colaborado, especialmente, cito a dedicação da vice-prefeita, Gladys Siewert, que tem trabalhado em nome do prefeito Paulo Pizzolatti e também dos demais que coordenam todas as ações no sentido de mostrar e, acima de tudo, preservar a cultura germânica em Pomerode.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência comunica que, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 76ª Sessão Ordinária, de 24/08/2011:

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 0216/2011;

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s: 0288/2011; 0290/2011; 0118/2011; 0165/2011; 0202/2011; 0246/2011; 0264/2011; 0279/2011 e 0314/2011;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0006/2009;

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s: 0094/2011; 0282/2011 e 0303/2011;

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Resolução n.s: 0006/2011 e 0007/2011.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade:

CONCORRÊNCIA Nº 001/2011

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.**

RETIRADA DO EDITAL: O Edital poderá ser retirado junto à Coordenadoria de Recursos Materiais da ALESC, localizada na Avenida Hercílio Luz n.º 301, Centro, Florianópolis, Santa Catarina, Edifício João Cascaes, 6º Andar, telefones: (48) 3221-2536, 3221-2537, fac-símile (48) 3221-2538; no horário de expediente compreendido entre 07h e 18h e na página de internet da ALESC (www.alesc.sc.gov.br).

ENTREGA DOS ENVELOPES: Na Gerência de Protocolo da ALESC, localizada na Rua Dr. Jorge da Luz Fontes nº 310, Palácio Barriga-Verde, Andar térreo, Sala nº 21, até a data e hora do recebimento (dia 11/10/2011 até às 9:00 horas).

Florianópolis, 25 de agosto de 2011

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO**AVISO DE RESULTADO**

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º2581/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 026/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS AUDIOVISUAIS DE TV.

LOTE ÚNICO

Vencedora: TPS MULTIMÍDIA LTDA

Valor do Último Lance: R\$ 106.700,00 (Mensal)

Florianópolis, 25 de agosto de 2011

HELIO ESTEFANO BECKER FILHO

PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATOS**EXTRATO Nº 154/2011**

REFERENTE: Contrato CL n.º 049/2011, celebrado em 10/08/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Ordem dos Advogados do Brasil- Seção de Santa Catarina

OBJETO: Aquisição de Cota de Participação na XVI Conferência Estadual dos Advogados de Santa Catarina que será realizada no período de 10 a 13 de agosto do corrente ano nas dependências do Centrosul Florianópolis, incluindo construção de Stand na área dos expositores, bem como acesso aos meios de divulgação da ALESC e credenciais para os servidores interessados na participação do evento

VALOR GLOBAL: R\$ 100.000,00

PERÍODO: 10 a 13 de agosto de 2011.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 13, inciso VI e Art. 25 da Lei 8.666/93; Inexigibilidade de Licitação nº 0028/2011; Autorização para Processo Licitatório nº 072/2011-LIC.

Florianópolis, 10 de agosto de 2011.

Deputado Gelson Merisio - ALESC

Paulo Roberto Borba- Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 155/2011

REFERENTE: Inexigibilidade nº 028/2011 celebrado em 10/08/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Ordem dos Advogados do Brasil- Seção de Santa Catarina

OBJETO: Aquisição de Cota de Participação na XVI Conferência Estadual dos Advogados de Santa Catarina que será realizada no período de 10 a 13 de agosto do corrente ano nas dependências do Centrosul Florianópolis, incluindo Stand na área dos expositores, bem como acesso aos meios de divulgação da ALESC e credenciais ilimitadas para os servidores interessados na participação do evento.

VALOR GLOBAL: R\$ 100.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 13, inciso VI, Art. 25 da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 072/2011.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

Florianópolis, 10 de agosto de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 584/11**

Canoinhas, 02 de julho de 2011

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PAULA PERREIRA**, de Saleté referente ao exercício de 2010.

MAURO CÉSAR ANTONOVICZ

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 24/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 585/11

Ofício nº 99/2011

Joinville/SC, 08 de Agosto de 2011

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESCOLA DE SAMBA ACADÊMICOS DO SERRINHA**, de Saleté referente ao exercício de 2010.

Jair de Lima Matias

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 25/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 586/11

Blumenau(sc) SC, 22de julho de 2011

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **ASSOCIAÇÃO DA TERCEIRA IDADE E ASSISTENCIAL SÃO JOSÉ OPERÁRIO**, de Saleté referente ao exercício de 2010.

Clara Borges

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 25/08/11

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 2610, de 25 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **SILVIA BEATRIZ RIZZIERI DE LUCA**, matrícula nº 2605, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 23 de agosto de 2011 (Gab Dep Ana Paula Lima).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2611, de 25 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 2584, de 16 de agosto de 2011.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2612, de 25 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1288/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento da servidora **ROSANE CHEREM DE ABREU**, matrícula nº 2051, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 30% (trinta por cento), a contar de 15 de agosto de 2011.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2613, de 25 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

| Matr | Nome do servidor | Período Aquisitivo Quinquênio | | Processo nº |
|------|---------------------------------|-------------------------------|----------|-------------|
| 0485 | Claudio Luiz Sebben | 01/09/05 | 31/08/10 | 1291/2011 |
| 2122 | Sergio Ney Sant'Ana de Oliveira | 12/08/06 | 11/08/11 | 1292/2011 |
| 2142 | Emir José de Souza | 02/07/06 | 16/08/11 | 1293/2011 |

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 338/11

Altera a Lei nº 2.204, de 7 de dezembro de 1959, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Hospitalar de Cedro.

Art. 1º A Lei nº 2.204, de 7 de dezembro de 1959, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Hospitalar de Cedro, de São José do Cedro.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Hospitalar de Cedro, com sede no município de São José do Cedro.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Mauro de Nadal

Lido no Expediente
Sessão de 25/08/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que visa alterar a Lei nº 2.204 de 7 de dezembro de 1959, em razão da mudança da denominação, demonstrada nos documentos anexos.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 339/11

Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Regime Assistencial Especial de Atendimento de Emprego e Renda às Mulheres Vítimas de Violência Conjugal.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar Regime Assistencial Especial de Atendimento de Emprego e Renda às Mulheres Vítimas de Violência Conjugal com dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

§1º Caracteriza-se como violência conjugal, para efeitos da presente Lei, as mulheres submetidas aos maus tratos como espancamento físico, opressão moral e psicológica, cárcere privado e estupro, praticado pelos maridos ou companheiros.

§2º Os casos supra mencionados deverão ser comprovados através de Boletins de Ocorrências (BO) das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres, Exame pericial das agressões sofridas (exame de corpo de delito) e Certidão de acompanhamento psicológico por parte dos órgãos de saúde pública, entidades públicas assistenciais ou organizações não governamentais de notória participação nas causas em defesa da mulher, ou outros documentos especificados em normas regulamentares.

Artigo 2º - Fica o Governo do Estado autorizado, por intermédio da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, como órgão público gestor do Regime Assistencial Especial de Atendimento

de Emprego e Renda às Mulheres Vítimas de Violência Conjugal, em parceria com outras Secretarias de Estado, a atender as mulheres identificadas no Artigo 1º, com as seguintes cotas de prioridade:

I. destacar até 20% (vinte por cento) das vagas anuais para cursos de capacitação e qualificação profissional sob sua administração, ou das instituições de treinamentos conveniadas;

II. destinar até 20% (vinte por cento) dos encaminhamentos mensais, para as vagas de empregos formais, oferecidas pelas empresas;

III. dar assistência direta, ou através de consultorias especializadas conveniadas, na montagem de micro-negócios formais ou informais.

Artigo 3º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da sua publicação.

Sala das Sessões
Deputado Carlos Chiodini

Lido no Expediente
Sessão de 25/08/11

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa atender de maneira prática e efetiva, mulheres vítimas de violência conjugal. Além das marcas destas violências, não podemos deixar de dar atenção, aos casos de desmoralização constante da vítima, caracterizando uma forma de agressão psicológica, que causa um efeito tão danoso e pernicioso quanto a violência física.

O Ministério da Saúde alerta que as mulheres tornam-se vítimas novamente, devido a “rota crítica”, pois as vítimas encontram diversos obstáculos na busca por proteção e reparos, resultando em desgaste emocional (história familiar de violência prévia, baixo auto-estima, situação econômica instável e carência de recursos sociais e familiares).

Os estudos comprovam que as mulheres agredidas sentem-se dependentes financeiramente ou afetivamente de seus agressores. Há o medo, do julgo moral da sociedade.

Essas mulheres por sentirem-se dependentes financeiramente tornam-se submissas a um cotidiano de violência a qual se vêem materialmente impedidas de romper. O medo de não conseguir sustentar materialmente a si e à sua prole é o sentimento que imobiliza muitas destas mulheres a agirem no sentido de romper o ciclo de violência a que estão expostas.

A propositura aqui apresentada visa a criação de um instrumento para que as mulheres do Estado de Santa Catarina, vítimas de violência conjugal, possam romper o seu cotidiano de submissão.

Devemos partir da premissa de que, tendo uma forma de subsistência garantida às cidadãs de nosso Estado que se encontrem na situação acima descrita, encontrarão a força e o respaldo necessário para dar às suas vidas um novo rumo, libertando-se da situação degradante em que vivem.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 340/11

Cria banco de dados com solicitações de exames de mamografias em Santa Catarina.

Art. 1º O Governo de Estado criará um banco de dados contendo informações das mulheres com indicação para exames de mamografias.

Art. 2º Será disponibilizado aos municípios informações de aparelhos de mamografias com possibilidade de atender a demanda dos exames.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 2011
Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente
Sessão de 25/08/11

JUSTIFICATIVA

O Ministério da Saúde utiliza parâmetros para avaliar a oferta de exames de mamografias no âmbito do SUS.

O Estado de Santa Catarina tem capacidade para realizar 37.950 exames por mês, no momento, realiza pouco mais de 14 mil exames/mês.

O Ministério da Saúde já disponibiliza para os municípios atendimento a livre demanda, sem restrições do número de mamografias. Há no Estado 129 mamógrafos, desses, 76 são disponíveis pelo SUS.

Com a criação do banco de dados será possível avaliar a demanda existente, efetuar a busca ativa das mulheres com necessidade urgente dos exames, garantido assim a realização dos mesmos o mais breve possível. Neste banco de dados será registrado, também, o acompanhamento do diagnóstico resultante do exame.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 341/11

Denomina a Rodovia SC-495 - Trecho entroncamento BR-280 - Barra do Sul.

Art. 1º Fica denominado ACI FERREIRA DE OLIVEIRA a Rodovia SC-495, trecho entroncamento BR-280, no município de Barra do Sul - SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Carlos Chiodini

Lido no Expediente

Sessão de 25/08/11

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que denomina a Rodovia SC-495, trecho entroncamento BR-280 no município de Barra do Sul-SC de ACI FERREIRA DE OLIVEIRA, nascido em 21 de Janeiro de 1944, na cidade de Araquari-SC, falecendo na mesma cidade em 16 de Dezembro de 2004.

Atuou por mais de 40 anos no Cartório "Aci Ferreira de Oliveira", sendo o fundador e primeiro presidente do Lions Clube de Araquari. Presidente esportivo, Prefeito por duas gestões 1973/1976 e 1993/1996, implantando a Festa do Maracujá e demais obras no município.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 342/11

Dispõe sobre as exigências para internacionalização de títulos obtidos em instituições de ensino do MERCOSUL, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Art. 1º Fica vedado a Administração Pública do Estado de Santa Catarina exigir a revalidação de títulos obtidos em Instituições de Ensino Superior dos Estados Parte do MERCOSUL

Art. 2º Aplica-se a vedação do artigo anterior, nos seguintes casos:

I - concessão de progressão funcional por titulação;

II - gratificação pela titulação;

III - concessão de benefícios legais decorrentes da obtenção da titulação respectiva.

Parágrafo único Os Editais de concurso público para seleção de docentes ou pesquisadores não conterão exigências que possam ferir o disposto nesta Lei.

Art. 3º Não se aplica o disposto no art. 1º aos Títulos obtidos por meio de cursos realizados parte no Brasil e parte nos demais Estados Partes do MERCOSUL, e aos obtidos por meio de cursos à distância, mesmo que seja nos territórios do países do MERCOSUL.

Art. 4º São nulas de pleno direito as exigências de revalidação que possam causar prejuízos aos detentores de Títulos obtidos em Instituição dos Estados Parte do MERCOSUL, em face daqueles equivalentes obtidos no Brasil, cujo tratamento venha caracterizar obstáculo ao exercício da docência, pesquisa ou, mesmo, seleção para ingresso na respectiva carreira, no âmbito da Administração Pública Estadual.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de sessenta dias a contar da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 25/08/11

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Projeto de Lei com o escopo de disciplinar a internalização de títulos obtidos em instituições de ensino superior nos Estado Parte do Mercosul.

A proposição está amplamente respaldada no art. 9º da Constituição Estadual, parágrafo único do art. 4º, art.5º, §§ 1º e 2º e inciso XIII, da Constituição Federal, Decreto Legislativo Federal nº 800, de 23 de outubro de 2003 e Decreto Presidencial nº 5.518, de 23 de agosto de 2005.

É preciso ressaltar que atualmente muitos brasileiros se especializam nos países membros do MERCOSUL. Esta especialização

se dá em cursos de mestrado e doutorado, nas áreas de educação, saúde, dentre outras, em universidades reconhecidas e qualificadas em seus países de origem.

Contudo, os títulos de mestre e doutor, muitas vezes, não são reconhecidos no Brasil, o que é um desrespeito aos acordos educacionais do Mercosul, sendo, inclusive, desconsiderados pelos editais de concursos públicos. Com intuito de corrigir esta problemática, alguns Estados da Federação Brasileira através de Legislação Ordinária estão suprindo esta lacuna, a exemplo do Estado de Roraima.

Neste sentido, apresento o presente Projeto de lei, visando corrigir esta lacuna, beneficiando nossos acadêmicos que tanto se esforçam para conseguir seus títulos de mestre e doutores, razão pela qual conclamo meus pares desta respeitada Casa de Leis a aprovarem a presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 343/11

Institui o Dia Estadual do Samurai no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Samurai no Estado de Santa Catarina, a ser comemorado, anualmente, no dia 24 de abril.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Jorge Teixeira

Lido no Expediente

Sessão de 25/08/11

JUSTIFICATIVA

O Instituto Cultural Niten foi criado em 1993 pelo Sensei Jorge Kishikawa para difundir os ensinamentos das artes da espada samurai, a filosofia do Bushido e a cultura japonesa.

Hoje, é considerado um dos maiores centros de ensino das artes tradicionais dos samurais fora do Japão. Mais de 10.000 pessoas já passaram pelo Instituto. Com cerca de 40 dojos no Brasil, Argentina e Chile, o Instituto cumpre a missão estabelecida pelo Sensei Jorge Kishikawa em sua criação: "Trazer a espada que dá a vida. Em abundância".

De acordo com a história do Japão, os samurais seguiam um código de ética extremamente rígido defendido pelo Bushido (bushi = guerreiro, do = caminho, o Código de Honra do Samurai). Existente há mais de mil anos, o Bushido prega coragem, determinação, honra, altruísmo, defesa da verdade, respeito ao mestre, compaixão e disciplina. Hoje, o espírito guerreiro do samurai deve ser interpretado não como aquele que promove guerras, mas sim aquele que está sempre pronto a enfrentar os desafios da vida com coragem, disposição e sinceridade, sempre buscando o caminho da verdade e da perfeição.

O Bushido surgiu e foi consolidado com a história dos samurais, durante os períodos Heian a Tokugawa. As virtudes do Bushido - justiça (Gi), coragem (YUU), benevolência (jin), educação (Rei), sinceridade (Makoto), honra (Maiyo) e lealdade (Chuugi) - tiveram sua origem em três correntes principais: o Budismo, o Shintoísmo e o Confucionismo.

Do Budismo, o Bushido herdou o desapego pela vida e a coragem ao encarar a morte. A relação com a sociedade e a importância do nome da família vêm do Confucionismo. Do Shintoísmo, o Bushido pegou a lealdade, tão importante para o samurai.

Para o samurai, era preferível a morte à desonra. A desonra mancha toda a família. Essa era uma vergonha que nenhum samurai conseguia suportar.

Uma das obras mais importantes para o Bushido é o Hagakure, ou "Folhas Ocultas", escrito por Yamamoto Tsunetomo, um samurai da província de Saga, no século XVII. A aceitação resoluta da morte fica clara no trecho que diz "O Bushido implica em escolher sempre a morte quando houver a possibilidade de escolha entre viver e morrer".

O grande samurai Miyamoto Musashi escreveu em sua obra, o Go Rin No Sho: "O caminho do guerreiro é a aceitação resoluta da morte".

Atualmente, os mestres tentam adaptar a filosofia do Bushido a fim de preparar os jovens brasileiros para os desafios dos problemas cotidianos. A sociedade moderna já não preserva valores como a sinceridade, a defesa da natureza, a coragem e a humildade.

O Dia do Samurai busca não só homenagear os honrados guerreiros da história japonesa, mas também resgatar seus valores e a cultura oriental, em bastante evidência na pequena cidade catarinense de Frei Rogério. Por isso, solicito a aprovação desta proposta de lei.

*** X X X ***